



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E GESTÃO  
PÚBLICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO EM GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS**

**Autora: ARIANE ROBERTA DE SOUZA GUIMARÃES**

**SEGURANÇA, ECONOMIA E SOCIEDADE:  
NEXOS ESSENCIAIS PARA FORMULAR POLÍTICA PÚBLICA**

**Brasília - DF**

**2021**

**ARIANE ROBERTA DE SOUZA GUIMARÃES**

**SEGURANÇA, ECONOMIA E SOCIEDADE:  
NEXOS ESSENCIAIS PARA FORMULAR POLÍTICA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, da Fundação Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, pelo programa de Mestrado Profissional: Gestão Econômica de Finanças Públicas.

**Brasília – DF**

**2021**

**Ficha catalográfica**

**ARIANE ROBERTA DE SOUZA GUIMARÃES**

**SEGURANÇA, ECONOMIA E SOCIEDADE:  
NEXOS ESSENCIAIS PARA FORMULAR POLÍTICA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, da Fundação Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, pelo programa de Mestrado Profissional: Gestão Econômica de Finanças Públicas.

Comissão Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira  
Professor Orientador

Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior  
Examinador

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Júnior  
Examinador

**Brasília, junho de 2021**

## RESUMO

Este trabalho visa analisar a influência das variáveis socioeconômicas nos índices de criminalidade das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Para atingir o referido objetivo foi realizada uma revisão da literatura econômica do crime, cujas premissas são baseadas em Becker (1968). Como se pretende analisar o nexo entre economia, sociedade e segurança pública no Distrito Federal, este estudo propõe um modelo econométrico utilizando regressão linear múltipla. Os resultados demonstram compatibilidade com a literatura e apontam que as variáveis socioeconômicas podem, em dado contexto, exercer influência nos índices de criminalidade.

**Palavras-chave:** Economia do crime, sociedade, criminalidade.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the influence of socioeconomic variables on crime rates in the Administrative Regions of the Federal District. To achieve this objective, a review of the economic literature on crime was carried out, whose premises are based on Becker (1968). As we intend to analyze the nexus between economy, society and public security in the Federal District, this study proposes an econometric model using multiple linear regression. The results demonstrate compatibility with the literature and point out that socioeconomic variables can, in a given context, influence crime rates.

**Keywords:** Economy of crime, society, criminality

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Revista que mais publicaram sobre o tema na Web of Science .....	29
<b>Tabela 2</b> - Revistas mais citadas sobre o tema na Web of Science .....	29
<b>Tabela 3</b> - Revistas que mais publicaram sobre o tema na Scopus .....	30
<b>Tabela 4</b> - Revistas mais citadas sobre o tema na Scopus .....	30
<b>Tabela 5</b> - Periódico com maior fator de impacto na área de Economics .....	31
<b>Tabela 6</b> - Periódico com maior fator de impacto na área de Public Administration.....	31
<b>Tabela 7</b> - Documentos mais citados na Web of Science.....	32
<b>Tabela 8</b> - Documentos mais citados na Scopus.....	33
<b>Tabela 9</b> - Países que mais publicaram de acordo com a WoS.....	35
<b>Tabela 10</b> - Países que mais publicaram de acordo com a Scopus .....	35
<b>Tabela 11</b> - População da Regiões Administrativas (2013 – 2014) .....	45
<b>Tabela 12</b> - Ocorrências de homicídios registradas no Distrito Federal (2007 – 2010) .....	52
<b>Tabela 13</b> - Ocorrências de homicídios registradas no Distrito Federal (2011 – 2014) .....	55
<b>Tabela 14</b> - Ocorrências de homicídios registradas no Distrito Federal (2011 – 2014) .....	57
<b>Tabela 15</b> - Efetivo policial do Distrito Federal entre 2007 e 2019.....	59
<b>Tabela 16</b> - Variáveis e fonte de dados .....	74
<b>Tabela 17</b> - Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo (obs.= 26 RA's).....	76
<b>Tabela 18</b> - Matriz de correlação entre as variáveis utilizadas no modelo.....	77
<b>Tabela 19</b> - Resultados da estimação do modelo.....	78
<b>Tabela 20</b> - Resultados da estimação de modelos alternativos .....	80

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Aparelho de Segurança Pública .....	18
<b>Quadro 2</b> - Principais Falhas de Governo .....	20
<b>Quadro 3</b> - Argumentos acerca da ampliação ou não da segurança privada..	24
<b>Quadro 4</b> - Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública – Decreto nº 33.882 de 29 de agosto de 2012.....	53
<b>Quadro 5</b> - Denominação das Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP's – Decreto 36621 de 21/072017 .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>Quadro 6</b> -Denominação das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP's .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Nuvem das palavras chaves dos artigos da Web of Science..... 36
- Figura 2** - Nuvem das palavras chaves dos artigos da Scopus..... 37

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução das Publicações na Base WoS .....	34
<b>Gráfico 2</b> - Evolução das Publicações na Base SCOPUS.....	35
<b>Gráfico 3</b> - Evolução das citações na base WoS <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
<b>Gráfico 4</b> - Ocorrência de homicídios do Distrito Federal .....	47
<b>Gráfico 5</b> - Ocorrência de homicídios do Distrito Federal .....	51
<b>Gráfico 6</b> - Ocorrência de homicídios no DF 2011 a 2014 .....	55
<b>Gráfico 7</b> .....	60
<b>Gráfico 8</b> .....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
CBMDF	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CCP	Crimes Contra o Patrimônio
CF	Constituição Federal da República – 1988
COR	Conselho Operacional Regional
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DETRAN	Departamento de Trânsito do Distrito Federal
JCR	<i>Journal Citation Report</i>
MJ	Ministério da Justiça
ONU	Organização das Nações Unidas
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PCS	Postos Comunitários de Segurança
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Parceria Público-Privada
RA	Região Administrativa
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SSPDF	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
TEMAC	Teoria do Enfoque Meta Analítico
WOS	Web of Science

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1. MERCADO E GOVERNO: QUANDO ELES FALHAM EM SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	<b>16</b>
1.1 Segurança Pública: bem público fundamental.....	16
1.2 Governo e Oferta de Segurança Pública .....	17
1.3 Demanda por Bens Públicos: sem exclusão e sem rivalidade.....	18
1.4 Quando Governos Falham na Oferta de Segurança Pública.....	19
1.5 Mercados e a Suboferta de Bens Públicos .....	23
<b>2. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE ECONOMIA E SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	<b>27</b>
2.1.1 Periódicos mais citados sobre tema.....	28
2.1.2 Documentos mais citados .....	32
2.1.3 Evolução das publicações e citações.....	34
2.1.4 Países que mais publicaram .....	35
2.1.5 Palavras Chaves .....	36
<b>3. REALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO DF</b> .....	<b>38</b>
3.1 Segurança Pública no Brasil: evidências e políticas públicas.....	38
3.2 Política Pública de Segurança Pública .....	42
3.3 Segurança Pública do Distrito Federal.....	43
3.4 Política de Segurança Pública no Distrito Federal: linha do tempo .....	47
3.4.1 Postos Policiais Comunitários (2007 – 2010).....	48
3.5 Força Policial .....	58
<b>4. MODELO QUANTITATIVO DOS NEXOS ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	<b>62</b>
4.2 Um Modelo Econométrico para Avaliar os Nexos.....	65

4.2.1 Variáveis independentes .....	66
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo do crime e da violência sempre foi tema de interesse das ciências sociais, buscando compreender as razões que levam as pessoas a praticarem crimes; as causas do acréscimo ou decréscimo dos índices de homicídios e por quê em um mesmo contexto, pessoas optam pela criminalidade enquanto outras seguem o caminho da legalidade. (JÚNIOR, 2015).

O crime é um fenômeno presente nas sociedades e que atinge todas as classes sociais, por isso atrai a atenção das mais variadas áreas de conhecimentos que buscam compreender o que leva um agente a cometer atos criminosos, ou que situações tornam mais propensas tais atitudes

No entanto, apesar das inúmeras discussões e estudos não é possível identificar um consenso a respeito da melhor maneira de combater esse grave problema social. O que ocorre na prática é uma dicotomia nas propostas de políticas públicas que visam reduzir à criminalidade que se dividem entre as que sugerem a ênfase na repressão policial e as que argumentam que o comportamento criminoso é um fenômeno decorrente das condições econômicas e sociais as quais a população está sujeita. (LOUREIRO, 2007).

A abordagem econômica do crime já atraia a atenção dos economistas. Adam Smith já se dedicava a observar as relações entre crime, demanda por proteção e o acúmulo de propriedade (Ehrlich, 1996) e em que pese às discussões acerca das determinantes e consequências do crime tenham sido dominadas por pesquisadores de outras áreas é de se notar que a investigação econômica do crime ganhou robustez teórica nas últimas décadas, a partir dos estudos de Becker (1968), o qual construiu um modelo microeconômico a respeito da decisão racional entre cometer ou não crimes. Ou seja, o indivíduo realiza uma escolha entre o setor legal e ilegal avaliando os benefícios e os custos de entrar em umas das atividades. Assim ele atuaria no setor ilegal da economia caso os custos fossem menores que os benefícios oriundos da atividade correspondente (ARAUJO, 2000)

Os gastos dos Estados são financiados graças aos impostos pagos pelos cidadãos, o que torna necessário que ele seja eficaz (realize determinada função), mas que seja essencialmente eficiente, devido aos custos de oportunidades que estão envolvidos, visto que um gasto em segurança pública

O objetivo geral deste estudo consistiu em verificar um modelo econométrico que pudesse compreender a influência de variáveis sociais e econômicas nas taxas de criminalidade do Distrito Federal.

Nesse sentido, a estimação do modelo se deu por meio do método de Mínimo Quadrados Ordinários (MQO), estimados por meio do *software GeoDa.*, o qual apresentou os resultados dos coeficientes estimados para cada uma das variáveis explicativas. Além disso, foi apresentado os principais diagnósticos da regressão aplicados para identificar presença de multicolinearidade.

Esta dissertação está estruturada em 4 capítulos subsequentes à introdução. O capítulo 1 aborda o referencial teórico da economia e criminalidade, as falhas de governo, a oferta e demanda de segurança pública. E visa compreender a relevância e as associações entre a ciência econômica e o estudo da criminalidade. O capítulo 2 compreende a análise bibliométrica acerca de segurança pública nos estudos acadêmicos, a fim de traçar uma fotografia dos estudos sobre segurança pública dentro da economia e da administração pública. O capítulo 3 pormenoriza a realidade da segurança pública no Brasil e no Distrito Federal. O capítulo 4 apresenta os modelos econométricos que visam estabelecer os nexos entre economia e segurança pública. Ao final são apresentadas as conclusões da pesquisa e considerações finais.

## 1. MERCADO E GOVERNO: QUANDO ELES FALHAM EM SEGURANÇA PÚBLICA

### 1.1 Segurança Pública: bem público fundamental

A manutenção da ordem pública é um dos principais bens coletivos da nossa sociedade. Sendo necessário, portanto, preservar a integridade física e o patrimônio dos cidadãos. À vista disso, o combate à criminalidade é atribuição estruturante do Estado moderno, assim como o provimento da saúde, da educação e de outros serviços de bem estar social. (SAPORI, 2007).

A Segurança é tão cara ao Estado que a Constituição Brasileira a elegeu como um direito individual e social assumindo uma posição de “principal requisito à garantia de direitos e ao cumprimento dos deveres” (CARVALHO; SILVA, 2011, p.60).

No entanto, um ponto crítico do estudo da segurança pública é justamente conceituá-la, visto que o senso comum tende a direcionar para uma perspectiva única de combate à criminalidade ou simplesmente “atividade policial”. Ocorre que compreender segurança pública exige um pouco mais do que nos oferece o senso comum à medida que estamos diante de um processo sistêmico; que envolve diversos atores e; otimizado, pois depende da tomada de decisão rápida e resultados imediatos (BENGOCHEA, 2004).

Costa e Lima (2014), já relatavam as dificuldades de encontrar um significado de “segurança pública” que contemplasse suas multidiscipliniedades e não ficasse afeto aos termos teóricos, mas, que também refletisse a maneira pela qual o Estado administra os conflitos e preserva a ordem a partir uma série de instituições e relações sociais.

Nesta perspectiva institucional, segundo Saporì (2007), os Estados democráticos buscam a manutenção da ordem a partir da obediência aos dispositivos legais que estabelecem os limites de atuação, prevalecendo no Estado Democrático de Direito a máxima “*ordem sob a lei*”.

Assim, a legitimidade do Estado perpassa essencialmente pela sua capacidade de manter a ordem no território submetido à sua autoridade. Destarte, a segurança também se constitui como variável decisiva nas disputas



eleitorais à medida que a expansão do sentimento de insegurança e o medo influenciam o grau de confiança daquela sociedade em seus governantes e autoridades.

O combate à criminalidade e preservação da segurança pública portanto não são apenas problemas sociais, mas político e econômico. O caráter social é bem conhecido pois impacta diretamente a vida das famílias, já do ponto de vista econômico a violência é limitadora do desenvolvimento dos países. Sob a perspectiva política, o combate ao crime exige a alocação de recursos públicos escassos que poderiam ser utilizados em outras políticas públicas (DE ARAÚJO JR, 2002)

## **1.2 Governo e Oferta de Segurança Pública**

A segurança é instrumento basilar para a afirmação dos direitos de cidadania e constituição política de um Estado-nação (SAPORI, 2007). Dessa forma, ao ser atribuída como dever do Estado, a segurança pública passa a ser reconhecida como um serviço público a ser custeado pela máquina estatal e direito de todos os cidadãos.

As ações do Governo buscam proteger os cidadãos, através da garantia da ordem pública, e a propriedade oferecendo os pilares para o funcionamento das economias de mercado. A segurança pública pressupõe a garantia da ordem pública e preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Neste sentido, economia e segurança estão intimamente relacionadas ao passo que a garantia do bem-estar da população, da locomoção dos cidadãos e da preservação do patrimônio constituem itens básicos para o desenvolvimento socioeconômico.

Economicamente, há uma necessidade de que os recursos públicos (financeiros ou não) sejam geridos de maneira eficiente. A sociedade deve obter o máximo que puder de seus recursos escassos (MANKIW, 2006). É necessário operar os recursos disponíveis de modo que eles sejam mais adequadamente utilizados (SILVA, 2005).

Os autores Filho et. al (2010), ressaltam o fato de que os gastos dos Estados são financiados graças aos impostos pagos pelos cidadãos, o que torna necessário que ele seja eficaz (realize determinada função), mas que

seja essencialmente eficiente, devido aos custos de oportunidades que estão envolvidos, visto que um gasto em segurança pública pode inviabilizar, por exemplo, um investimento em infraestrutura. Porque, como sabemos, os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas.

Com o intuito de prover a segurança pública o Estado se organiza através de órgãos que são os responsáveis pela ordem, incolumidade das pessoas e do patrimônio: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícia civil; polícias militares e corpos de bombeiros militares. Além destas instituições, os municípios poderão constituir guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações. No quadro 1, as competências dessas forças são especificadas.

#### **Quadro 1 - Aparelho de Segurança Pública**

<b>Atribuição</b>	<b>Órgão responsável</b>
Preservação da ordem pública	Polícias Militares, Cíveis e Federal
Preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio	Polícias e Guardas Municipais
Segurança contra sinistros e Defesa Civil	Corpos de Bombeiros

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição Federal (1988) e Musumeci (1998)

### **1.3 Demanda por Bens Públicos: sem exclusão e sem rivalidade**

A violência e a criminalidade influenciam o cidadão direta e indiretamente, com base nela ele decide para qual destino viajar, qual carro comprar, onde morar; a violência reordena nossas vidas. E ela exige recursos, tanto do país como individualmente, porque 'segurança' é um bem desejado por todos, mas cada vez mais escasso e caro.

O setor público oferta bens de uso coletivo ou comum os quais, sob perspectiva econômica, possuem duas características: são não exclusivos e não rivais. A não exclusividade significa que o bem está disponível para todos e a não rivalidade refere-se ao fato de que o consumo do bem por um cidadão não impede que outros usufruam do mesmo benefício. O custo é zero para um consumidor adicional (PINDYCK, 2008). Assim, se uma pessoa utiliza um determinado bem público não é retirado o direito de outra pessoa utilizá-lo.

A existência de bens públicos é necessária para a preservação de uma adequada convivência social, a fim de que nem todos os bens sejam privados. Assim, são bens públicos aqueles de uso coletivo mesmo que alguns usufruam mais do que outros (ALBUQUERQUE, MEDEIROS e FEIJÓ, 2009).

Um clássico exemplo é a defesa nacional visto que, quando providenciada, todos os cidadãos poderão desfrutar deste benefício. Assim, não é possível impedir que dado cidadão desfrute desse benefício, sem exclusão, e quando o usufruí não é reduzido o acesso proporcionado aos demais membros da sociedade, sem rivalidade (PINDYCK, 2008).

É necessário, portanto, compreender o funcionamento da oferta e demanda para os bens públicos, visto que estes não podem ser comercializados como os bens ordinários e o seu provimento requer decisão política. Logo, não seria ideal resolver questões relacionadas à defesa nacional solicitando que cada cidadão adquirisse um fuzil ou um tanque de guerra. Ao contrário, questões envolvendo bens públicos devem ponderar o desejo da sociedade em alocar recursos em determinada área mesmo que em detrimento do investimento em outros setores. Por conseguinte, após as prioridades políticas, todos pagam os custos, por meio dos impostos (HARRIS e ROACH, 2017).

Neste sentido, um bem é considerado coletivo à medida que o Estado passa a ser o responsável por sua provisão, mediante o financiamento de sua população, através do pagamento de taxas, a fim de disponibilizar este serviço para toda a sociedade (SWAAN apud SAPORI, 2007)

#### **1.4 Quando Governos Falham na Oferta de Segurança Pública.**

As falhas acontecem quando os Governos não conseguem prover os bens e serviços de maneira alocativamente eficiente. Ghosh (2001) elenca alguns elementos que dão origem a estas falhas:

- Agente burocratas ou políticos - Os agentes públicos, ao contrário dos empresários, não trabalham para seu benefício direto, trabalham para atender as necessidades de terceiros. O que pode ocasionar ineficiências geradas pela falta de incentivos.

- Ausência do cálculo de custo/benefício – A mensuração dos benefícios advindos dos bens e serviços que são ofertados pelo setor público bem como a sua qualidade e quantidade são imprecisos.
- Ausência de monitoração - As políticas públicas não são medidas adequadamente nem os seus resultados.
- Dificuldade em traçar e cumprir metas – As metas traçadas, as aquisições ou serviços contratados são essencialmente baseadas sob o ponto de vista da execução orçamentária que busca constantemente o crescimento das compras mas não há um monitoramento dos resultados.
- Ausência de estudos prévios de impacto – As pressões políticas tendem a ultrapassar as necessidades burocráticas o que não raras vezes ocasionam projetos executados antes mesmos dos seus estudos de viabilidade e de impacto.

Estes elementos podem ser sistematizados conforme o quadro a seguir

**Quadro 2 - Principais Falhas de Governo**

<b>Problemas do voto majoritário</b>	O voto majoritário pode contribuir para a condução de um nível de bem-estar social não ótimo.
<b>Teorema do eleitor mediano</b>	Em condições específicas o resultado de uma eleição majoritária será a preferência do eleitor mediano.
<b>"Logrolling"</b>	Constitui no acordo entre políticos para a troca de votos a fim de aprovarem os projetos. Apesar dos acordos políticos serem necessários podem levar a decisões sub-ótimas.
<b>Negligência de princípios de mercado</b>	As escolhas de políticas públicas que prescindem de análises de custos e benefícios do projeto que será implementado, que desconsideram os custos e externalidade de sua aplicação.
<b>Política de interesses especiais</b>	Decisões políticas tomadas para favorecer determinado grupo em detrimento de outro sem justificativa econômica.
<b>Setor e burocracia públicos ineficientes</b>	Ineficiências decorrentes do excesso de mão de obra, custos crescentes e monitoramento ineficaz
<b>Comportamento "Rent-Seeking"</b>	Comportamento de grupos "lobistas" que pressionam o Estado a fim de serem favorecidos financeiramente ocasionando um custo social adicional.

<b>Problemas na relação agente-principal</b>	O governo age em nome do cidadão (agente) já os burocratas atuam em função dos agentes políticos (principal), ocasionando divergência de objetivos.
<b>Falhas de política</b>	Políticas mal implementadas, desconhecimento do escopo, ausência de conhecimento do problema a ser resolvido e dos instrumentos que serão utilizados.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Ghosh (2001)

Podemos identificar no quadro acima situações que concorrem efetivamente para o fracasso de políticas públicas que são criadas e extintas ao prazer de governantes que pouco se debruçam sob a égide da efetividade de resultados e monitoramento. Dessa forma, comumente nos deparamos com parlamentares eleitos por determinados grupos que financiam suas campanhas e que tendem a pressionar para que seus interesses sejam prestigiados (MACIEL, 2013)

As falhas são, portanto, fruto de ações mal conduzidas que ocasionam situações em que o ótimo de Pareto não é alcançado.

Do ponto de vista da Segurança Pública, a prática da violência é monopólio do Estado, poder delegado pela sociedade, sendo em si uma própria característica da soberania estatal e de sua legitimidade, sendo uma obrigação a garantia de meios que preservem a ordem.

No entanto, as experiências demonstram que o Estado fracassou no monopólio da violência (HOLANDA, 2017), a segurança pública se tornou a maior preocupação do poder público e uma das maiores consumidoras de recursos orçamentários (KAHN, 1999).

Esse consumo de recursos ocorre porque os bens ofertados pelo Estado carecem de investimentos e é preciso manter os órgãos e agentes públicos, o que economicamente pode ser identificado como uma imperfeição do governo, visto que a ampliação das despesas ocasiona desequilíbrios na economia como, por exemplo, o endividamento (ALBUQUERQUE, MEDEIROS e FEIJÓ, 2009).

Os custos estão relacionados a despesas públicas alocadas na prevenção e no combate ao crime; gastos efetuados pelo setor privado na aquisição de equipamentos de “segurança”; perdas patrimoniais decorrentes de atos ilícitos; e valores que deixam de ser recebidos/produzidos pela sociedade

em função do medo da violência (KAHN, 2000; ARAUJO 2005; apud LEMOS et. al).

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, a taxa de homicídio, no Brasil, foi de aproximadamente 31,6 para cada cem mil habitantes, o equivalente a 65.602 homicídios em números absolutos, o maior nível histórico, segundo o Atlas da Violência (2019). Os dados em série do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), demonstram mais de 1 milhão de homicídios nos últimos vinte anos. Cumpre observar que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera intolerável taxas que ultrapassem 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Essas mortes representam perda de capital humano e, prejuízos a capacidade produtiva do Estado, ocasionando significativos custos econômicos, produzindo efeitos negativos na qualidade de vida do cidadão, reduzindo a sensação de segurança e prejudicando o desenvolvimento do país (BECKER e KASSOUF, 2017).

Os estudos de Cerqueira et.al (2007), estimaram que em 2004, o custo da violência no Brasil chegou a R\$ 92,9 bilhões, o equivalente a 5,09% do PIB e nem foram considerados nos cálculos os custos com o sistema de justiça, perdas no turismo, no bem-estar; ou os custos intangíveis. Para os autores, tais estimativas devem ser vistas como um esforço de trazer ao debate público a necessidade de se mudar o enfoque das discussões em torno da violência no Brasil, de um plano retórico e emocional para uma discussão racional de como organizar a gestão da segurança pública, conferindo-lhe eficácia e eficiência.

Devido aos seus efeitos em cadeia, os crimes contra o patrimônio também afetam fortemente a economia visto que os custos extras provenientes dos roubos e furtos de mercadorias são transferidos aos consumidores, prejudicando a competitividade. Os governos sofrem com a perda da arrecadação de impostos e com o comércio clandestino das cargas extraviadas. A sociedade sente o aumento da violência e da sensação de insegurança, e determinadas áreas passam a ser evitadas por transportadoras ficando assim suscetíveis ao desabastecimento e as investidas do crime organizado.

Segundo os estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, entre 2011 e 2016 foram registrados 97.786 roubos de cargas no país o que gerou mais de 6,1 bilhões de reais de perda a este setor.

Apesar destes impactos e da previsão constitucional da segurança pública como direito fundamental não existem leis de vinculação orçamentária que preservem o mínimo de investimentos nessa área, não há diretrizes de aplicação de recursos, não há integração efetiva entre ações de segurança e o sistema de proteção social (Santos, Gontijo e Amaral, 2015). As fragilidades de gestão da segurança pública estão inter-relacionadas e, segundo os atores, podem ser divididas em três prismas:

- **Conceitual:** conforme já destacamos, muitos estudiosos se queixam da falta de definição do que vem a ser uma situação ou condição de segurança. Para Costa e Lima (2014), é como se segurança pública fosse um conceito “em aberto” na constituição.
- **Estrutural:** apesar dos avanços trazidos pelo processo de redemocratização, não houve uma redefinição do papel das instituições públicas neste novo contexto, continuando atuando separadas e autônomas (Godinho apud Santos, Gontijo e Amaral, 2015).

Cientes deste panorama, instituições governamentais e não governamentais estão se dedicando cada vez mais ao estudo das causas e consequências do crime a fim de encontrar maneiras que aperfeiçoem a utilização dos recursos destinados a segurança pública (CERQUEIRA, 2000).

Para Fajnylber, o desafio é implementar políticas públicas de prevenção e redução da criminalidade, as quais devem estar amparadas em pesquisas científicas que permitam avançar no entendimento das causas, assim como investimentos em base de dados que auxiliem no monitoramento e compreensão das tendências espaciais e temporais da criminalidade.

### **1.5 Mercados e a Suboferta de Bens Públicos**

A crise de legitimidade do Estado ou mesmo a falência de certos mecanismos de combate à criminalidade são apontados como pressupostos

para ampliação do mercado de segurança no Brasil (Caldeira, 2000; Kowarick, 2001; Peralva, 2000 apud Zanetic, 2010).

Isso ocorre porque a impunidade é incentivadora do crime, visto que mesmo inconscientemente o criminoso analisa os custos de oportunidade da prática delituosa, e é motivadora do aparecimento de soluções privadas que visam resguardar a propriedade e a liberdade do cidadão (Cerqueira, 2014).

No entanto, a conversão da segurança em mercadoria e a sua transferência para setores privados podem trazer ameaças aos direitos humanos e civis conquistados. Vejamos os argumentos identificados por Musumeci (1998) entre as divergentes opiniões em relação a ampliação da participação do mercado na oferta de segurança.

### Quadro 3 - Argumentos acerca da ampliação ou não da segurança privada

<b>Autores que defendem a transferência de funções de segurança para a iniciativa privada</b>	Incapacidade comprovada do estado em combater o avanço da criminalidade dos centros urbanos.
	Ineficiência da manutenção dos serviços estatais, em termos de custo-benefício.
	Ineficácia dos mecanismos protetores contra o abuso dos agentes do Estado.
	Rigorous controle que o mercado impõe a empresas de segurança privada e estes por consequência sobre seus agentes
	Desoneração do Estado da pesada carga de manutenção do sistema carcerário, transformando-o em empreendimento produtivo e lucrativo
<b>Autores que defendem o meio termo e admitem que o avanço da iniciativa privada é inevitável</b>	Acreditam que a participação do mercado na segurança não oferece riscos reais a ordem social, desde que caiba ao Estado as atribuições de justiça criminal e policial e o monopólio da delegação e regulação do uso da força. Desta forma, com atribuições públicas e privadas bem definidas, o mercado deixa de ser uma ameaça e se torna um parceiro.
<b>Autores que defendem que o Estado controle o crescimento da indústria de segurança.</b>	Tese considerada ultrapassada e defendida por poucos, principalmente em países de estruturas sociais problemáticas como o Brasil, visto que a lógica da vigilância particular faz parte da rotina do próprio Estado.

Quadro Elaborado pelo autor com base nos dados de Musumeci (1998)

Esta proteção da propriedade por agentes privados tem sido objeto de estudo das ciências econômicas. Anderson e Bandiera apud Cerqueira (2004) se dedicaram a elaborar um modelo teórico que analisasse a relação entre



segurança privada e desenvolvimento econômico. Para eles, em um cenário de desenvolvimento equilibrado, com igualdade de renda, haveria um desaparecimento da segurança privada. Dessa forma, o avanço da segurança privada estaria associado à desigualdade de renda.

Neste raciocínio, Cerqueira (2004) destaca que o crescimento da indústria de segurança privada no Brasil ocorreu justamente na década de 1980, ápice do crescimento da desigualdade social no país. Entre 1985 e 1995, segundo a PNAD, a ocupação na atividade de vigilância e guarda cresceu 112% (MUSUMECI, 1998).

Segundo Saporì (2007), o mercado se posicionou como opção ao provimento da ordem pública. A própria gestão privada de penitenciárias são exemplos dessa participação.

Oficialmente, os serviços de guarda e vigilância privada surgem, no Brasil, em 1969, com o Decreto Lei nº 1.034 que passou a exigir que as instituições financeiras contratassem serviços particulares de vigilância sob pena de serem interditadas (MUSUMECI, 1998).

*Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer dependência de estabelecimento de crédito, onde haja recepção de depósitos, guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua, aprovado pela Secretaria de Segurança ou Chefatura de Polícia o respectivo Estado, dispositivo de segurança contra saques, assaltos ou roubos, na forma preceituada neste Decreto-lei.*

*Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior deverão adotar - no prazo máximo de um ano, contado do início da vigência deste Decreto-lei - dispositivo de segurança contra roubo e assaltos, que consistirá obrigatoriamente, em:*

*I - Vigilância ostensiva, realizada por serviço de guarda composto de elementos sem antecedentes criminais, mediante aprovação de seus nomes pela Polícia Federal, dando-se ciência ao Serviço Nacional de Informações;*

*II - Sistema de alarme, com acionadores em diversos locais do estabelecimento e em comunicação direta com a Delegacia, Posto Policial, agência bancária ou estabelecimento de crédito mais próximo.*

Daí em diante, “a indústria” se expandiu rapidamente nos grandes centros urbanos, transbordando a esfera da vigilância bancária” (p.9).

Ainda segundo as pesquisas de Musumeci, essa expansão revelou as deficiências do mercado em se autorregular. Começaram a ser constantes as denúncias de abusos, fechamento de firmas pelo descumprimento das normas,

baixa qualificação dos profissionais, recrutamento de policiais da ativa ou expulsos dos seus órgãos de segurança.

As infrutíferas tentativas de regulação dessas atividades pelas Secretarias de Segurança Estaduais, em conjunto com o Banco Central, culminaram na sanção da Lei 7.102 de 20 de junho de 1983 a qual transferiu ao Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, a competência para emitir autorização para o estabelecimento dessas guardas privadas. A referida Lei também regulamentou a profissão de vigilante e estabeleceu regras mais rígidas para o funcionamento dessas empresas.

Posteriormente, a Lei 7.102/1983 foi alterada passando a estender as atividades de segurança privada para “outros estabelecimentos”, eliminando assim a limitação que restringia estes serviços à guarda de instituições financeiras. Em seguida o que se observa, segundo Musumeci, é a edição de uma série de atos que buscam flexibilizar e estender ainda mais os serviços de segurança privada no país: aumento do poder de fogo das empresas, oficialização dos serviços de segurança pessoal através de Portarias sem respaldo em lei; por exemplo.

No entanto, cumpre destacar que a expansão do segmento da segurança privada não deve ser considerada apenas como fruto da ineficiência estatal. A segurança privada deve a sua expansão também ao surgimento de espaços os quais se deseja uma segurança reforçada em tempo integral e as novas formas de circulação e utilização das áreas urbanas, visto que a responsabilidade pela segurança também é atribuída aos proprietários das edificações (Zanetic, 2010).

Neste sentido, segundo Mesumeci (1998), o problema da “moderna” discussão sobre privatização da segurança no Brasil esbarra nos “antigos” problemas de gestão da segurança pública, visto que não podemos nos apoiar no argumento simplista de que o aumento da criminalidade e o fracasso do Estado são as únicas causas do crescimento da indústria de segurança.

Sem abandonar esta tese, é preciso se debruçar também sobre possível opção de causalidade que se ampara na própria lógica do livre-mercado e de um “darwinismo social” que impactam na ampliação do *security business* ainda em países desenvolvidos com índices de criminalidade evoluídos, trata-se, portanto, do “imperativo do neoliberalismo, resultante da

prática em favorecimento das elites econômicas quer “consumidoras”, quer como “produtoras” de segurança (p.8).

## 2. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE ECONOMIA E SEGURANÇA PÚBLICA

A bibliometria é um método de análise estatística e tratamento quantitativo de publicações científicas que auxilia na mensuração das contribuições de estudos em determinada temática e na identificação dos grupos que produzem estes conhecimentos (SU; LEE,2010 apud SOARES et al, 2016). Dessa forma, a bibliometria é uma valiosa ferramenta para identificar tendências de crescimento de produção do conhecimento em determinada área ou mesmo a redução em determinados campos científicos (SOARES et al, 2016 colocar a página).

Através desse método, este capítulo apresentará o estado da segurança pública, sob a perspectiva da categoria econômica, analisando as publicações científicas brasileiras indexados às plataformas *Web of Science - WoS* e *Scopus*, para tal análise será utilizado o software *VOS Viewer*.

Os procedimentos adotados neste capítulo estão baseados no método de Mariano e Rocha (2017) denominado Teoria do Enfoque Meta Analítico Consolidado – TEMAC, o qual se baseia em 3 etapas:

- **1º Etapa – Preparação da pesquisa** – definição das palavras chaves, o espaço-tempo da pesquisa, escolha das bases de dados e áreas de conhecimento.
- **2ª Etapa - Apresentação e inter-relação dos dados** - utilizando as leis da bibliometria, nesta fase são realizadas análises de relação dos dados.
- **3ª Etapa – Detalhamento, modelo integrador e validação por evidências** - análises mais profundas são realizadas a fim de que o tema seja mais bem compreendido, tais como a seleção de autores essenciais nas revisões bibliográficas (ROMANO, 2019).

## **2.1 Revisão Bibliométrica através da Teoria do Enfoque Meta Analítico e consolidado - TEMAC**

Foi definida a expressão em inglês “*public security*” a ser pesquisada nas reconhecidas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*. Seguindo a delimitação temporal de 2000 a 2020. Para esta pesquisa também será limitado o tipo de documentos, analisaremos somente artigos.

Na *Web of Science*, chegamos ao resultado de 1.855 publicações as quais após serem filtradas nas categorias “*Economics*” e “*Public Administration*” foram reduzidas para 129 resultados dentre os quais 48 artigos que serão a base da nossa análise

Na base *Scopus*, identificamos 2.477 resultados que após serem filtrados nas categorias “*Business Management and Accounting*” e “*Economics, Econometrics and Finance*” foram limitados para 173 publicações, dos quais 111 são artigos que serão utilizados na base de pesquisas

### **2.1.1 Periódicos mais citados sobre tema**

Quando analisamos a base de dados da *WoS* as três revistas que mais publicaram de acordo com os critérios utilizados foram: *Gestion y Política Publica*, *Gorvenance-an International Journal of Policy Administration and Institutions* e *Revista do Serviço Público* que acumularam 25% das 48 publicações indexadas à *WoS*. Na tabela 1 são apresentados a contagem de registros de documentos e o número de citações destes periódicos na base de dados analisada.

No entanto, apesar de apresentarem a maior quantidade de publicações, as supracitadas revistas representam apenas 12,5% das 208 citações. Identificamos assim que as bases de dados que mais publicam não são necessariamente as mais citadas.

**Tabela 1** - Revista que mais publicaram sobre o tema na Web of Science

<i>public</i> do Periódico	Contagem de registro	% de 48	Número de citações	% de 208 (citações)
Gestion y Política Publica	6	12,50%	4	1,92%
Governance-an International Journal of Policy Administration and Institutions	3	6,25%	22	10,58%
Revista do Serviço Público	3	6,25%	0	0,00%
Defence and Peace Economics	2	4,17%	9	4,33%
Journal of Business Economics and Management	2	4,17%	8	3,85%
Revista del clac Reforma y Democracia	2	4,17%	0	0,00%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nas informações da Wos

Quando a análise é realizada a partir do número de citações, o ranking é alterado e as principais revistas passam a ser: Public Administration Review, Journal of European Public Policy e Governance-an International Journal of Policy Administration and Institutions as quais constituem 62,98% do total das 208 citações alcançadas na WoS, conforme tabela 2.

**Tabela 2** - Revistas mais citadas sobre o tema na Web of Science

Nome do Periódico	Número de citações	% de 208 (citações)	Contagem de registro	% de 48
Public Administration Review	58	27,88%	1	2,08%
Journal of European Public Policy	51	24,52%	1	2,08%
Governance-an International Journal of Policy Administration and Institutions	22	10,58%	3	6,25%
Empirical Economics	13	6,25%	1	2,08%
Annals of Regional Science	11	5,29%	1	2,08%
Defence and Peace Economics	9	4,33%	2	4,17%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nas informações da Wos

A mesma análise realizada na base de dados Scopus revela que as revistas que mais publicaram foram: Espacios, Journal of Financial Crime e Computer Law and Security Review com 11,7% das 111 publicações totais, no

entanto representam somente 2,39% do total de 1256 citações da Scopus, conforma tabela 3.

**Tabela 3 - Revistas que mais publicaram sobre o tema na Scopus**

Nome do Periódico	Contagem de registro	% de 111	Número de citações	% de 1256 (citações)
Espacios	5	4,50%	1	0,08%
Journal of Financial Crime	5	4,50%	1	0,08%
Computer Law and Security Review	3	2,70%	28	2,23%
Journal of Modelling in Management	3	2,70%	6	0,48%
Jane's Defence Weekly	3	2,70%	0	0,00%
Journal of Finance	2	1,80%	340	27,07%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nas informações da Scopus

Quando analisamos os periódicos mais citados, as três revistas que mais se destacam na base Scopus são: *Journal of Finance*, *Personnel Review* e *Journal of Organizational Change Management* com 44,51% das 1256 citações, conforme tabela 4.

**Tabela 4 - Revistas mais citadas sobre o tema na Scopus**

Nome do Periódico	Número de citações	% de 1256 (citações)	Contagem de registro	% de 111
Journal of Finance	340	27,07%	2	1,80%
Personnel Review	134	10,67%	1	0,90%
Journal of Organizational Change Management	85	6,77%	1	0,90%
Journal of Financial Economics	77	6,13%	1	0,90%
Journal of Financial Intermediation	60	4,78%	1	0,90%
Review of Finance	45	21,63%	1	0,90%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nas informações da Scopus

Como intuito de verificar a relevância dos periódicos que mais se destacaram, foi realizada consulta do fator de impacto no Journal Citation Report – JCR nas áreas *Economics* e *Public Administration*.

Filtrando a área *Economics* verificamos que duas revistas estavam entre as dez mais relevantes da área: *Journal of Finance* e *Journal of Financial Economics*, conforme Tabela 5.

**Tabela 5** - Periódico com maior fator de impacto na área de Economics

Rank	Nome do periódico	Fator de impacto
1	Quarterly Journal of Economics	11.375
2	Journal of Economic Perspectives	9.912
3	Economic Geography	8.279
4	Brookings Papers on Economic Activity	7.800
5	Journal of Finance	6.813
6	Journal of Economic Literature	6.585
7	Review of Environmental Economics and Policy	6.487
8	Journal of Financial Economics	5.731
9	American Economic Review	5.558
10	Journal of Political Economy	5.504

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da base de dados JCR do Portal Capes Periódicos

Quando filtramos na *JCR* a área *Public Administration*, também identificamos dois periódicos dentre aqueles dez mais relevantes: *Journal of European Public Policy* e *Public Administration Review*, conforme pode ser analisado na Tabela 6.

**Tabela 6** - Periódico com maior fator de impacto na área de Public Administration

Rank	Nome do Periódico	Fator de Impacto
1	Journal of Policy Analysis and Management	5.018
2	Public Management Review	4.221
3	Journal of European Public Policy	4.177
4	Public Administration Review	4.063
5	Climate Policy	4.011
6	Policy Studies Journal	3.797
7	Policy Sciences	3.609
8	Regulation & Governance	3.375
9	Journal of Public Administration Research and Theory	3.289
10	Policy and Politics	3.069

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da base de dados JCR da Capes Periódicos

## 2.1.2 Documentos mais citados

Ranqueados os dez documentos mais citados em cada uma das bases de dados, foi verificado que na WoS, dez artigos; 4,78% do total analisado; eram responsáveis por mais de 89% do todas as citações. Conforme pode ser verificado na Tabela 7.

**Tabela 7** - Documentos mais citados na Web of Science

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Total de citações</b>	<b>% de 209 citações</b>
<i>Rethinking security: Organizational fragility in extreme events</i>	Comfort, LK	2002	58	27,75%
<i>Governance beyond the nation-state. Reflections on the democratic deficit of the European Union</i>	Decker, F	2002	51	24,40%
<i>Multinational Corporations and Service Provision in Sub-Saharan Africa: Legitimacy and Institutionalization Matter</i>	Hoenke, Jana; Thauer, Christian R.	2014	19	9,09%
<i>Inequality and criminality revisited: further evidence from Brazil</i>	Sachsida, AdolfoA.	2010	13	6,22%
<i>Violence in Mexico and its effects on labor productivity</i>	Cabral, Rene; Mollick, Andre Varella; Saucedo, Eduardo	2016	12	5,74%
<i>Is camera surveillance an effective measure of counterterrorism?</i>	Stutzer, Alois; Zehnder, Michael	2013	9	4,31%
<i>Assesing the impacts of labor market and deterrence variables on crime rates in MexicoIN MEXICO</i>	Liu, Yu; Fullerton, Thomas M.; Ashby, Nathan J.	2013	8	3,83%
<i>Biometrics - Market segments and applications</i>	Koeltzsch, Gregor	2017	8	3,83%



<i>Fuzzy Jobs in local partnerships: case studies of urban and rural regeneration in France and England</i>	Jeannot, Gilles; Goodchild, Barry	2011	6	2,87%
<i>The Chinese State and Overseas NGOs: From Regulatory Ambiguity to the Overseas NGO Law</i>	Shieh, Shawn	2018	4	1,91%

Na base Scopus, os dez artigos mais citados, equivalente a 0,8% da amostra é responsável por mais de 68% das citações, conforme Tabela 8.

**Tabela 8 - Documentos mais citados na Scopus**

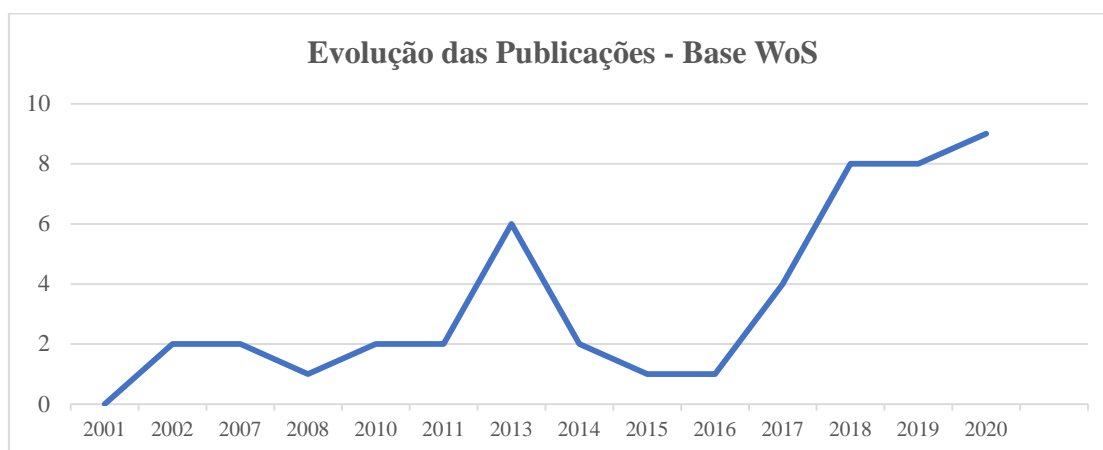
<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Total de citações</b>	<b>% de 1256 citações</b>
<i>On the benefits of concurrent lending and underwriting</i>	Drucker, S., Puri, M.	2005	198	15,76%
<i>Do banks provide financial slack?</i>	Hadlock, C.J., James, C.M.	2002	142	11,31%
<i>Leadership style, organizational politics, and employees' performance: An empirical examination of two competing models</i>	Vigoda-Gadot, E.	2007	134	10,67%
<i>A theoretical framework of organizational change</i>	Jacobs, G., Van Witteloostuijn, A., Christe-Zeyse, J.	2013	85	6,77%
<i>Institutional stock trading on loan market information</i>	Ivashina, V., Sun, Z.	2011	77	6,13%
<i>Why do public firms issue private and public securities?</i>	Gomes, A., Phillips, G.	2012	60	4,78%
<i>Explaining corporate capital structure: Product markets, leases, and asset similarity</i>	Rauh, J.D., Sufi, A.	2012	45	3,58%
<i>Paradoxes of police reform: Federalism, parties, and civil society in Argentina's public security crisis</i>	Eaton, K.	2008	41	3,26%
<i>Public Equity and Audit Pricing in the United States</i>	Badertscher, B., Jorgensen, B., Katz, S., Kinney, W.	2014	38	3,03%

A multilevel study on the relationships between work characteristics, self-efficacy, collective efficacy, and organizational citizenship behavior: The case of Taiwanese police duty-executing organizations	Chen, C.-H.V., Kao, R.-H.	2011	36	2,87%
--	---------------------------	------	----	-------

### 2.1.3 Evolução das publicações

As publicações por autores são muito difusas, na base WoS o autor que mais publicou foi Costa, MM; 2 documentos; e na Scopus Basilio, MP; 3 documentos.

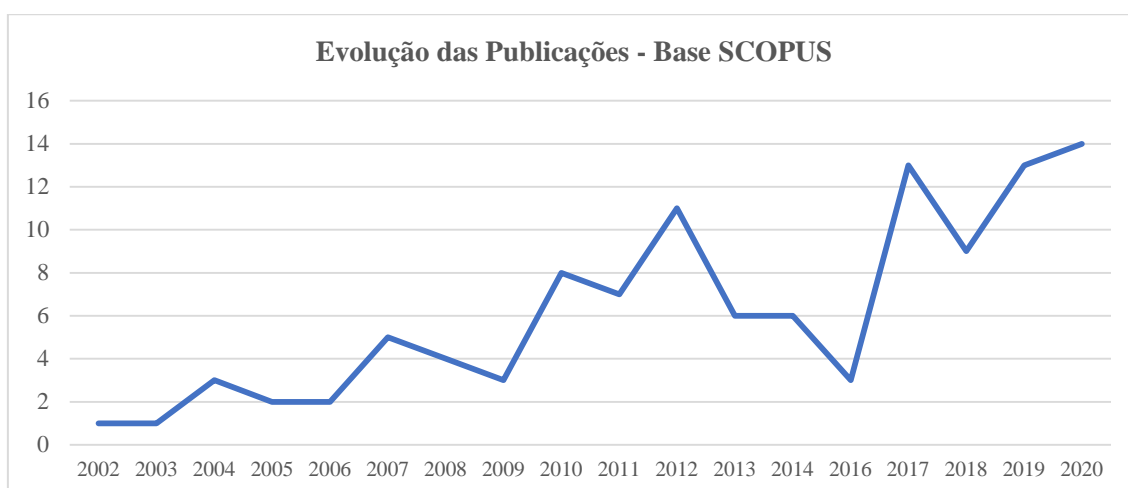
**Gráfico 1** - Evolução das Publicações na Base WoS



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da *Web of Science*

O número de publicações evoluiu consideravelmente no período analisado, Gráfico 1 e Gráfico 2 demonstram este crescimento. Em ambas as bases de pesquisa é possível observar a ampliação de pesquisas interessadas nesta temática.

## Gráfico 2 - Evolução das Publicações na Base SCOPUS



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da *Scopus*

### 2.1.4 Países que mais publicaram

Identificamos os Estados Unidos e Brasil como os países que mais publicaram nas duas bases de dados. A diferença fica por conta do terceiro lugar, na *WoS* o México aparece com destaque e na *Scopus* a posição fica para a China, conforme tabelas 8 e 9.

**Tabela 9** - Países que mais publicaram de acordo com a *WoS*

País	Contagem dos documentos	% de 48 artigos totais
Estados Unidos	12	25%
Brasil	8	16,67%
México	7	14,58%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados gerados pelo software *Vos Viewer*

**Tabela 10** - Países que mais publicaram de acordo com a *Scopus*

País	Contagem dos documentos	% de 111 artigos totais
Estados Unidos	26	23,42%
Brasil	19	17,12%
China	10	9,01%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados gerados pelo software *Vos Viewer*

### 2.1.5 Palavras Chaves

A fim de visualizar as palavras chaves que apareceram com mais frequência nos artigos, foi elaborado um “*world cloud*” dos documentos da WoS e Scopus.

Na figura 5, visualizamos que as palavras com mais destaque na WoS são: *public, security, social, risk, analysis, crime, data, systems, management, e information*

**Figura 1** - Nuvem das palavras chaves dos artigos da Web of Science



**Fonte:** Elaborado pelo autor na plataforma *Tagcrowd* com base nos dados coletados no software *Vos Viewer*

Na *Scopus*, conforme demonstra a Figura 1, as palavras-chaves com mais destaque são: *security, public, crime, police, social, analysis e economic*

**Figura 2** - Nuvem das palavras chaves dos artigos da Scopus



**Fonte:** Elaborado pelo autor na plataforma *Tagcrowd* com base nos dados coletados no software *Vos Viewer*

Na base de dados *WoS*, conforme demonstra a Figura 2, as palavras-chaves com mais destaque são: *security*, *public*, *social*, *crime*, *economic*, *analysis* e *economic*.

### 3. REALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

#### 3.1 Segurança Pública no Brasil: evidências e políticas públicas

Até os anos 70 a criminalidade era encarada como um problema exclusivo da polícia. No início dos anos 80, as políticas públicas promovidas pelo Estado Brasileiro estavam caracterizadas pela centralização financeira e decisória; fragmentação institucional; caráter setorial e exclusão das organizações da sociedade civil do processo de construção das políticas públicas. (Farah apud de Carvalho, V. A., & de Fátima, M. D. R. (2011).

Foi a partir Promulgação da Constituição de 1988, que a segurança pública passou a ser discutida no centro da agenda política. A nova constituição trouxe para o seu texto garantias de direitos fundamentais e sociais, e, diante do novo contexto político, as ações públicas passaram a ser mais influenciadas pelas demandas sociais (SOARES, 2003).

A nova Constituição reposicionou a relação entre polícias e sociedade, entretanto, ao contrário do que foi observado no setor econômico e em outros setores sociais, a redemocratização não proporcionou profundas alterações no sistema de justiça criminal, nas polícias e nas prisões (LIMA, SINHORETO, BUENO, 2015).

Durante a transição democrática, a instituição polícia não passou por uma revisão de seus procedimentos o que a condenou a operar como se estivesse em alguma espécie de “*apartheid* social” (SOARES, 2003), proporcionando complexidade de controle da ordem pública no contexto democrático (DE CARVALHO, V. A., & DE FATIMA, M. D. R, 2011).

Considerando o recorte temporal que se inicia com a Ditadura Militar é possível analisar as políticas de Segurança Pública no Brasil a partir de três paradigmas: o paradigma da Segurança Nacional, vigente durante a Ditadura Militar; o paradigma da Segurança Pública diante da Constituição de 1988 e o paradigma da Segurança Cidadã, que tem se ampliado na América Latina a partir dos anos 2000 (FREIRE,2019):

- **Paradigma da Segurança Nacional:** teve sua base fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra. É estruturado conceitualmente em torno da defesa do Estado e salvaguarda dos objetivos nacionais, as Forças Armadas passaram a ser consideradas essenciais à execução da política de segurança nacional, através da Emenda Constitucional de 1969. Basicamente, neste contexto, ameaça à segurança nacional é tudo que atenta contra o Estado e contra os interesses nacionais intimamente associados aos interesses daqueles que estão no poder.
- **Paradigma da Segurança Pública:** Com o término da Ditadura Militar, a Constituição de 1988 foi promulgada e passou a estabelecer, em seu artigo 144, a Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos a ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. O papel das Forças Armadas, por sua vez, passou a ser tratado no artigo 142, como responsáveis pela manutenção da segurança nacional, soberania nacional, defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais. Percebe-se uma clara inovação em face do paradigma anterior, visto que há uma preocupação em diferenciar os papéis institucionais da polícia e do exército, destacado pela distinção entre Segurança Pública e Segurança Nacional: a primeira é voltada à manifestação da violência no âmbito interno do país e, a segunda, refere-se a ameaças externas à soberania nacional e defesa do território (FREIRE, 2009). Coube assim a Constituição de 1988 superar o paradigma da segurança nacional e proporcionar um contexto de construção da segurança pública como atividade de proteção ao cidadão e ferramenta de alcance às garantias e direitos (LIMA e PROGLOF, 2013)

No entanto a nova constituição peca ao elencar apenas instituições policiais na lista de responsáveis pela Segurança Pública, não incluindo outras

agências governamentais na prevenção à violência, ou mesmo a importância da atuação dos municípios e da comunidade como um todo (Freire, 2009). Possuindo políticas públicas paliativas e deslocadas da realidade social (Carvalho, 2011). Assim, apesar das inovações e esforços para avançar demonstrados no processo de democratização do fim dos anos 1980, o Estado democrático insiste em reproduzir certos padrões do governo ditatorial e não consegue planejar a segurança pública para além da gestão da atividade policial e lógica do direito penal (de Lima, R. S., Bueno, S., & Mingardi, G. 2016).

- **Paradigma da Segurança Cidadã:** A terceira perspectiva, Segurança Cidadã é estruturada a partir da característica multicausal da violência, defendendo atuações de controle e prevenção através de políticas públicas integradas em nível local. Dessa forma, ações de Segurança Cidadã envolvem necessariamente diversas instituições públicas e a sociedade civil (Freire). Esta perspectiva está associada a implantação do policiamento comunitário, o qual segundo Skolnick e Bayley (2006) representam o “lado progressista e avançado do policiamento” (p.15). A premissa central do policiamento comunitário é a participação dos cidadãos, com estes assumindo papéis na busca e manutenção da segurança. Dessa forma, os programas de policiamento comunitário devem atuar na ressignificação entre as interações de polícia e público, caso contrário o programa se torna apenas uma expressão enganosa (SKOLNICK e BAYLEY, 2016).

Apesar do progresso democrático, a sociedade brasileira assistiu nas últimas décadas a dificuldade do poder público em combater a criminalidade e a violência. Entre 1980 e 2004 a taxa de homicídio, por exemplo, passou de 12 vítimas por 100 mil habitantes para 27 em 2004. Essas vítimas são, em sua grande maioria, homens jovens entre 15 e 24 anos, e estão associados em maior grau a crimes urbanos como tráfico, roubo de cargas, contrabando, entre outros. (SAPORI, 2012).



Cano e Santos (2001) ao analisarem a ocorrência de homicídios nos municípios brasileiros identificaram a relação entre áreas de pobreza e a incidência das mortes.

Conforme preceituam Cerqueira e Lobão (2004), há na literatura diversos modelos que buscam explicar as causas do crime cada um focando em aspectos específicos. Destarte, melhor do que compreender os modelos como soluções para a criminalidade “menos ingênuo seria interpretá-los como matizes que podem ajudar a compor um quadro”, pois a violência e os índices criminais estão relacionados a condicionantes sociais o que exige informações relevantes para a tomada de decisão.

Para os citados autores, sob a perspectiva de política pública de combate à criminalidade:

Importa, antes de mais nada, reconhecer se em uma determinada região há alguma regularidade estatística entre aqueles fatores criminogênicos, concretos (presença de armas, drogas etc.), ou imaginários (supervisão familiar, reconhecimento etc.), e, além disso, saber se o Estado possui instrumentos para intervir nessa regularidade, direta ou indiretamente, com a participação da própria sociedade (p.234).

Neste interim, observa-se a importância do estudo científico como ferramenta de combate à criminalidade através da investigação e compreensão das causas da criminalidade, o qual pode receber significativo auxílio dos economistas através da análise do comportamento de variáveis significativas (renda, desemprego, escolaridade, desigualdade de renda, etc) em determinada região.

Além disso, conforme Santos e Kassouf (2008), variáveis como raça, gênero, estado civil e escolaridade podem se tornar dados de análise relevantes na construção e fundamentação de argumentos e estabelecimento de parâmetros para cada crime.

Vale observar que o comportamento do criminoso é muito mais complexo do que os modelos formulados por economistas, no entanto são significativas as contribuições que a Ciência Econômica tem dado ao entendimento da criminalidade.

### 3.2 Política Pública de Segurança Pública

A análise teórica de Políticas Públicas pressupõe a distinção entre o que é público e o que é privado. Essa discussão de *res publica* e *res privada* já era estabelecida no Império Romano, mas ganhou substância no século XIX através dos estudos de economistas. Graças às bases conceituais fornecidas pelo pensamento econômico liberal foi possível visualizar com mais clareza o que é de responsabilidade do Estado, submetido à regulação pública, e o que é de responsabilidade do mercado, submetido ao interesse privado (SAPORI, 2007).

Em que pese esta distinção teórica, a partir do século XX, as externalidades e ineficiências do mercado passaram a demonstrar que certas atividades do setor privado careciam sim de intervenção estatal. Neste contexto, há um fortalecimento das políticas públicas entre as décadas de 1950 a 1980, e a consolidação do *welfare state* (SAPORI, 2007)

As décadas seguintes, 1980 e 1990, são marcadas pelo ressurgimento do pensamento liberal e o desejo de uma administração pública menos intervencionista e aberta para as contribuições vindas do mercado. O chamado neoliberalismo volta a influenciar as políticas públicas, há uma reavaliação do *welfare state* e o início de uma série de privatizações (SAPORI, 2007).

O período mais recente das políticas pública, por sua vez, se desvincilhou da dicotomia estabelecida anteriormente do público versus privado, baseado nas experiências inglesas, as parcerias público-privadas (PPP's) ganharam espaço e se consolidaram como um modelo de contribuição privada nas políticas públicas. Basicamente, surgia um modelo de atendimento direto ao cidadão e do próprio governo, pela iniciativa privada, mediante remuneração do poder público, normatizado e regulado através de contrato de longo prazo, a fim de cobrir os custos e riscos envolvidos (SAPORI, 2007).

O processo de implementação de políticas públicas, no entanto, vem se ampliando e, ao menos na sociedade moderna, não está restrita ao campo Estado e mercado, a participação da sociedade civil através de organizações não governamentais sem fins lucrativos é fundamental, disseminando a percepção de que a responsabilidade social não é exclusiva do Estado nem atitude individual de cidadãos.

### 3.3 Segurança Pública do Distrito Federal

Desde a concepção até a sua efetiva construção, Brasília já identificava a nova capital e esta se confundia com o Distrito Federal. Apesar do título de cidade planejada, é possível identificar em Brasília as características sociais experimentadas em outras grandes cidades brasileiras, o que demonstra que estamos longe da ideia de “ilha da fantasia”. Neste sentido, em que pese Brasília tenha surgido com base em critérios rigorosos e técnicos de planejamento urbano, percebemos, sem muitos esforços, contrastantes formas de organização urbana (NUNES e COSTA, 2007), que acreditamos possuem significativos impactos nas divergentes lógicas de índices de criminalidade observados no Distrito Federal.

O Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal– SSPDF, é composto pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF; Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN.

Cabe a SSPDF propor e implementar a política de segurança pública fixada pelo Governador do Distrito Federal e promover o emprego operacional das forças de segurança sem interferir na autonomia funcional, administrativa e financeira dessas instituições. (Decreto Distrital nº 40.079, de 04/0/2018).

A União organiza e mantém a PCDF, a PMDF e o CBMDF, bem como presta assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio do Fundo Constitucional (Constituição Federal, 1988). Essa espécie de tutela do ente federal justifica-se pelas características específicas do DF que abriga a Capital da República, Brasília, e a sede dos três poderes.

Art. 21. Compete à União:

(...)

XIII – Organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;

(...)

XIV – Organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

As especificidades de organização do Distrito Federal também são observadas em sua composição territorial. O DF é dividido em 31 (trinta e uma) Regiões Administrativas – RA's, consideradas órgãos do poder Executivo local e cuja criação ou extinção se dá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais. Cada uma dessas regiões possui um administrador regional indicado pelo Governador, que atuam, mantidas as devidas proporções, como “prefeitos” (cumpre ressaltar aqui o caráter exemplificativo da expressão visto que a Constituição veda a divisão do Distrito Federal em municípios e não há eleição para essa função).

Algumas regiões administrativas possuem densidade demográfica, por vezes, superior à de alguns municípios, não possuindo, no entanto, a autonomia reservada a estes entes, a exemplo da impossibilidade do DF em constituir guardas municipais.

Destarte, cabe exclusivamente a SSPDF, em conjunto com as forças do sistema de segurança, a gestão e operacionalização das ações de repressão e prevenção à violência de todo o Distrito Federal e suas regiões administrativas.

Durante a construção de Brasília, coube ao “Plano Piloto” receber os investimentos visto que a referida área abrigaria as sedes dos poderes da República e a morada dos servidores públicos que para lá seriam transferidos. (Nunes e Costa, 2007). Coincidentemente o Plano Piloto, Região Administrativa – I (RA-I), é hoje área considerada nobre e conta com um dos menores índices de criminalidade, apesar da sua população estar entre as maiores do Distrito Federal com 221.326 habitantes.

No plano urbanístico da nova capital é possível identificar referências as “cidades satélites”, hoje regiões administrativas, no entanto não houve um projeto específico para essas regiões. Dessa forma, o que observamos é que ao lado de um Plano Piloto rodeado pelo seu significado simbólico há uma expansão territorial ocorrendo de maneira semicontrolada, que por vezes repete padrões de expansão das demais áreas urbanas do país. (Nunes e Costa, 2007)

Sob o aspecto populacional, a região administrativa Ceilândia se destaca com 432.927 habitantes, seguida por Samambaia com 232.893, Taguatinga com 205.670 habitantes (Codeplan, 2018).

**Tabela 11 - População da Regiões Administrativas (2013 – 2014)**

Número	Região Administrativa	População em 2013 (números absolutos)	População em 2014 (números absolutos)
RA I	Brasília	221.326	221.223
RA II	Gama	132.466	133.287
RA III	Taguatinga	205.670	214.282
RA IV	Brazlândia	53.534	50.728
RA V	Sobradinho	60.077	63.715
RA VI	Planaltina	177.492	180.848
RA VII	Paranoá	65.533	45.613
RA VIII	Núcleo Bandeirante	23.619	23.714
RA IX	Ceilândia	432.927	449.592
RA X	Guará	134.002	125.808
RA XI	Cruzeiro	31.079	32.446
RA XII	Samambaia	232.893	220.806
RA XIII	Santa Maria	128.882	122.117
RA XIV	São Sebastião	115.256	97.977
RA XV	Recanto das Emas	130.043	133.527
RA XVI	Lago Sul	29.754	31.206
RA XVII	Riacho Fundo	41.410	37.278
RA XVIII	Lago Norte	33.103	34.400
RA XIX	Candangolândia	16.489	16.799
RA XX	Águas Claras	161.184	121.839
RA XXI	Riacho Fundo II	85.658	39.093
RA XXII	Sudoeste	53.770	52.738 (Sudoeste e octogonal)
RA XXIII	Varjão	8.802	9.254
RA XXIV	Park Way	20.511	19.759
RA XV	SCIA / Estrutural	35.520	35.801
RA XVI	Sobradinho II	85.574	97.983
RA XXVII	Jardim Botânico	26.449	25.918
RA XVIII	Itapoã	62.208	60.324
RA XXIX	SAI	1.549	1.788
RA XXX	Vicente Pires	66.491	73.300
RA XXXI	Fercal	8.583	8.536
	Pôr do sol / sol nascente		78.912

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da Codeplan

Apesar da vedação constitucional da divisão em municípios, ao Distrito Federal são atribuídas competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios. Diante dessa característica *sui generis*, as principais bases de dados nacionais representam o Distrito Federal como um município/estado, agregando as informações das Regiões Administrativas no “Município Distrito Federal” e, comprometendo assim análises que se dediquem a compreender o comportamento isolado das variáveis econômicas e sociais por território.

Ocorre que diante das distorções sociais enfrentadas pelo DF que ora comemora índices vivenciados em países de primeiro mundo; taxa de 2,5 homicídios por 100mil habitantes na Região Administrativa do Lago Norte; e ora enfrenta taxas de países em conflito armado, como os vivenciados nas Regiões da Fercal e Estrutural, que apresentou em 2018 taxas de 53,9 e 42,7 homicídios por 100mil habitantes respectivamente; faz-se necessário uma análise territorial acerca das peculiaridades de cada região, ainda mais se considerarmos a proximidade territorial de regiões tão distantes em índices de ordem pública: o Lago Norte está a 22km da Estrutural e a 25km da Fercal.

A literatura já nos indica a importância de reconhecer os aspectos criminológicos de determinada região sob uma abordagem espacial que não trate o crime de forma geral, amparado em teorias genéricas, mas ao contrário observe as especificidades e condições de incidência de determinados tipos de crimes em dado território (CERQUEIRA e LOBÃO). Assim, por exemplo:

*(...) não bastaria apenas saber que na Favela da Maré existem cerca de 130 mil moradores, assim como é simplória a construção de um batalhão da PM naquele local, para solucionar os problemas de criminalidade lá existentes. Precisaríamos saber muito mais, como quais as crianças que estão em idade escolar, quantas famílias poderiam ter um negócio autossustentado, mas necessitam de microcrédito, se existem problemas de direito de propriedade, quais as dinâmicas criminais presentes, quais os canais culturais e esportivos existentes, quais os problemas de saneamento, de saúde... Enfim, o Estado não apenas está ausente das comunidades mais pobres como desconhece quase completamente as suas realidades, ou pelo menos o suficiente para engendrar ações multidisciplinares e interinstitucionais de forma orgânica, com base em análises criteriosas e metodologicamente consistentes. (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004, p.373)*

Conhecer as regiões é passo fundamental para políticas de segurança pública, à medida que o estudo da distribuição espacial do crime proporciona o

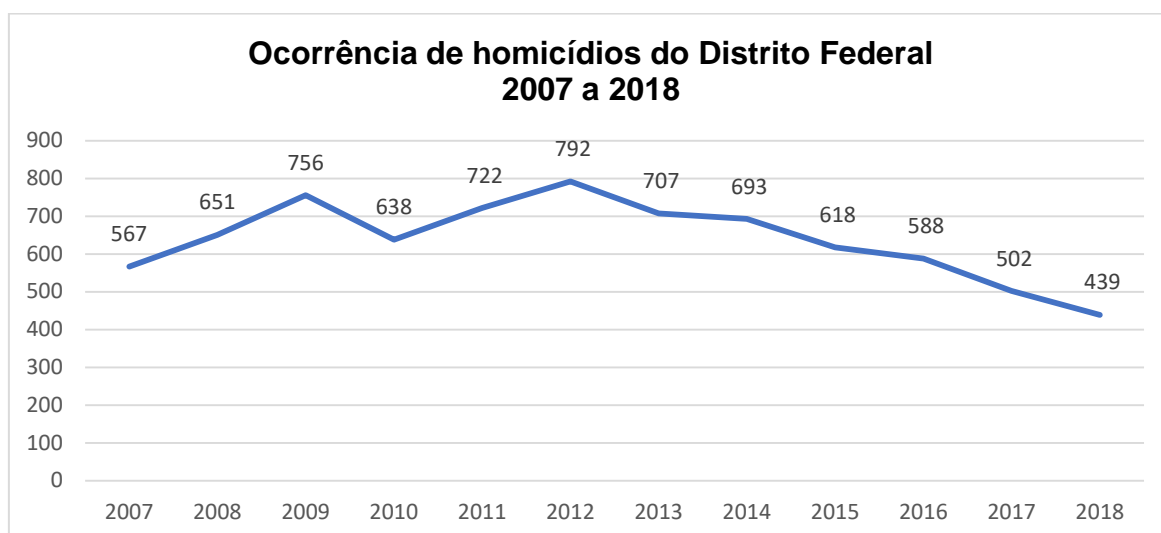
deslocamento da análise dos criminosos para o delito propriamente dito, visto que as abordagens espaciais permitem uma análise mais apurada dos componentes racionais da atividade criminosa; o crime não é tratado de forma genérica, ao contrário, são analisadas as especificidades de sua incidência; atuação policial proativa com a identificação de padrões visando antecipar a ocorrência dos eventos e a identificação de comunidades locais e soluções específicas. (Beato,1998)

### 3.4 Política de Segurança Pública no Distrito Federal: linha do tempo

Na última década, mais de 7.500 pessoas foram assassinadas no Distrito Federal. Em que pese estes números, o DF vem comemorando uma considerável redução das taxas de homicídios. Quando analisamos este tipo penal, a última década do Distrito Federal pode ser dividida em dois períodos; o primeiro, compreendido entre 2007 a 2012, com o crescimento das taxas, apresentando pequenas oscilações de redução; e um segundo momento de redução constante dos índices, entre 2013 a 2019.

Em 2017, conforme o Atlas da Violência (2019), o DF foi a segunda unidade da federação que mais reduziu os seus índices homicídios.

**Gráfico 3** - Ocorrência de homicídios do Distrito Federal



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SSPDF

Mas antes de nos debruçarmos sobre as Políticas de Segurança Pública do Distrito Federal, a fim de buscarmos compreender certos fenômenos, cumpre lançarmos os olhares para Pernambuco e o seu programa denominado Pacto pela Vida, implantado em 2007. Considerado uma política pública de sucesso que contribuiu efetivamente para a redução dos homicídios em Pernambuco (IGARAPÉ, 2014) e que, podemos inferir, influenciou diretamente as políticas de segurança pública do Distrito Federal nos últimos anos.

O objetivo do Pacto pela Vida era a redução progressiva das ocorrências dos homicídios dolosos, roubo seguido de morte (latrocínio) e lesão corporal seguida de morte; os denominados Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI.

Inicialmente o programa agregava 138 projetos divididos em 6 linhas de ação que pressuponham a participação de diversos atores. Basicamente o PPV impôs ao Estado um desafio gerencial e de governança (Macedo, 2012), que resultou, entre janeiro de 2007 a junho de 2013, a redução de quase 40% dos homicídios no Estado (IGARAPÉ, 2014).

O sucesso dos números da política pernambucana, claramente, inspirou os governos Agnelo Queiroz (2011-2014) e Rollemberg (2015-2018) na confecção, ao menos nos nomes e intenções, dos seus programas de segurança pública denominados “Ação pela Vida” e “Brasília Nosso Pacto pela Vida”, respectivamente. A redução dos homicídios no Distrito Federal, verificada a partir de 2012 pode estar associada a essa inspiração na política pernambucana de preservação da vida.

### **3.4.1 Postos Policiais Comunitários (2007 – 2010)**

Os ditames da política de segurança pública do governo Arruda, eleito para governar entre 2007-2010, foram baseados na implementação do policiamento comunitário através da instalação de 300 (trezentos) postos comunitários de segurança – PCS, distribuídos entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

A cultura de postos policiais já existia na PMDF, com postos em terminais rodoviários, próximos a comércios e hospitais. No entanto o planejamento, instalação e operacionalização ficava a cargo do comando de



cada unidade policial. Basicamente, havia duas formas de viabilizar a implantação de um posto policial: recursos públicos, alocados após uma análise dos territórios e índices de criminalidade; ou através da mobilização da sociedade (Silva, 2015).

Em Taguatinga, onde já havia postos entre algumas quadras residenciais, em hospitais, no centro da praça e próximo a comércio, foi solicitado ao comandante do batalhão que instalasse um posto policial próximo a uma escola, que ao mesmo tempo tangenciava uma rua comercial e ficaria próximo à área residencial. A solicitação foi atendida e o posto foi construído com o apoio financeiro da comunidade local. Comerciantes e moradores construíram um posto de aproximadamente 20m<sup>2</sup>, onde cabiam uma mesa de escritório, um sofá e um sanitário. O efetivo destinado era de 02 (dois) policiais militares por turno de 12 (doze) horas. (p. 115)

No entanto esta segunda opção de integração, moldada pelas relações sociais, esbarrava nas dificuldades operacionais.

Certa vez a mesma representante da associação de moradores da quadra solicitou que houvesse um Bombeiro Militar também no posto policial. Nós, policiais militares de plantão, não sabíamos da solicitação. Chegou um capitão da instituição co-irmã. Realizamos os ritos militares de apresentação com os devidos sinais de respeito. O Capitão do Corpo de Bombeiro entrou na pequena sala, olhou em silêncio por um minuto, observou o banheiro, e então avisa à representante de moradores que ali não havia a possibilidade de ter um bombeiro militar trabalhando 24 (vinte e quatro) horas porque não havia um ambiente para ele descansar (em beliche ou camas, por exemplo), não tinha uma geladeira e outros mobiliários para que o militar pudesse fazer uma alimentação com dignidade durante o plantão. (p.116)

A implantação dos PCS's tinha a intenção de uniformizar essas relações, os espaços e o efetivo deslocado (Silva, 2015). Para tanto contou com o aporte do Governo Federal, no valor global de R\$ 5.395.183,34, repassado através do Convênio nº 633.053/2008, celebrado entre o Governo do Distrito Federal e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENAPS/MJ. O objeto do convênio consistia na "aquisição de viaturas, equipamentos, materiais e mobiliários, para atender os postos comunitários de segurança que seriam implantados em diversas regiões administrativas do Distrito Federal" (SICONVI).

Segundo Silva (2015), variáveis como grau de periculosidade; densidade demográfica, fluxo de veículos e outros critérios nortearam a definição, pela

Polícia Militar, dos locais que receberiam os postos. O primeiro posto, seguindo o “planejamento da campanha eleitoral” (p.121), foi instalado em Brazlândia e nomeado de PCS 001.

Não obstante, a instalação de muitos postos, ao mesmo tempo, revelou que o efetivo policial não seria suficiente. Segundo Silva, a medida encontrada pela PMDF foi alterar a escala de todas as modalidades de policiamento, que passaram a trabalhar por 24h. Assim “todos os policiais, mesmo os policiais que trabalhavam no patrulhamento das vias, mudaram a escala” (p.126)

Esta mudança abrupta de horário deixou a maioria dos policiais descontentes. Muitos policiais organizaram as atividades privadas com horários fixos. Levar filhos à escola, trabalhar em um segundo horário, estudar, entre outras atividades, estavam organizadas de acordo com a escala de serviço que já era fixa há anos. (Silva, 2015 p.127)

Além da alteração nas escalas de trabalho, a estrutura física dos PCS's desagradava os policiais, pois ao contrário dos postos que já funcionavam nas regiões administrativas, os PCS's não dispunham de adequações básicas; para acomodar um agente de segurança pública que atuaria por vinte e quatro horas; como camas, banheiros com chuveiro ou locais para descanso

Assim, o início da implementação da política de segurança pública do Policiamento Comunitário pelos PCS, para os policiais militares, teve a sua primeira associação com a mudança da rotina da vida privada, obrigar trabalhar em um espaço que não oferece conforto e trabalhar com um estresse a mais. Aceitar os postos comunitários e a mudança da forma de trabalhar era aceitar todas estas mudanças. As primeiras falas dos policiais entrevistados dizendo que estes postos iriam virar pontos de entrega de pão e leite do governo demonstraram qual o futuro que estaria se construindo pelo olhar dos policiais. (Silva, 2015 p. 128)

Para compor este cenário turbulento, os últimos anos do Governo Arruda foram atípicos para a política distrital. A deflagração, em 2009, pela Polícia Federal, da Operação Caixa de Pandora trouxe a público o pagamento mensal de valores realizado por empresários, que prestavam serviços ao GDF, á políticos, como forma de garantir contratos. O governador, vice-governador e deputados distritais estavam envolvidos. O escândalo ficou conhecido como Mensalão do DEM.

Neste contexto, em 2010, Arruda torna-se o primeiro governador a ser preso no Brasil. Em seguida, assume o vice-governador que renuncia pouco depois após ser denunciado na mesma operação. Seguindo os ditames da Lei Orgânica Distrital, o presidente da Câmara Legislativa passa a ser o governador interino do Distrito Federal. Após a realização de eleições indiretas, o governo é assumido pelo Deputado Rogério Rosso que conclui o mandato.

Por conseguinte, a força política, presente no Governador eleito pela sociedade, necessária à implementação de um projeto que alteraria a metodologia de policiamento ostensivo no DF, havia se dissipado. Além do mais, os índices demonstravam que até então a implementação dos postos não havia sido efetiva, pois é possível verificar um aumento na criminalidade.

Não havia mais força para manter o fluxo político e os indicadores do fluxo de problemas não podiam ainda demonstrar se o início da política poderia modificar a sensação de segurança de maneira significativa; e se, mesmo não mudando o habitus dos policiais militares ou suas convicções, que as estratégias da Polícia Comunitária são mais eficientes do que as práticas tradicionais; ou se houve impacto no controle da criminalidade. Pelo contrário, no início da implementação algumas taxas de crimes violentos aumentaram. (Silva)

**Gráfico 4 - Ocorrência de homicídios do Distrito Federal**



Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados da SSPDF

A política de implantação dos postos comunitários adotada sem o apoio e entendimento dos agentes da ponta somada a perda do capital político do seu patrocinador, culminaram no fracasso da política, traduzida no aumento de 33% das taxas de homicídios entre 2007 e 2009.

**Tabela 12** - Ocorrências de homicídios registradas no Distrito Federal (2007 – 2010)

Regiões Administrativas	2007		2008		2009		2010	
	Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Ocorrências	Taxa 100 mil hab.
RA 01_BRASILIA	20	9,7	21	10,1	26	12,5	8	3,8
RA 02_GAMA	40	29,8	35	26,0	39	28,8	38	28,0
RA 03_TAGUATINGA	39	12,2	53	15,9	51	14,7	55	15,2
RA 04_BRAZLANDIA	19	33,9	32	56,6	42	73,6	29	50,4
RA 05_SOBRADINHO	20	11,0	26	13,6	27	13,5	29	13,8
RA 06_PLANALTINA	44	26,9	60	36,1	81	48,0	61	35,6
RA 07_PARANOA	38	70,4	44	81,7	61	113,5	59	110,0
RA 08_NUCLEO BANDEIRANTE	2	4,8	11	26,1	3	7,0	10	22,8
RA 09_CEILANDIA	108	28,1	121	31,0	129	32,5	110	27,3
RA 10_GUARA	39	29,1	45	32,9	53	37,9	37	25,9
RA 11_CRUZEIRO	3	4,0	3	3,9	2	2,5	4	4,9
RA 12_SAMAMBAIA	52	27,5	73	37,8	76	38,6	55	27,4
RA 13_SANTA MARIA	45	40,1	46	40,2	45	38,6	47	39,6
RA 14_SAO SEBASTIAO	26	29,5	26	28,3	36	37,4	31	30,8
RA 15_RECANTO DAS EMAS	46	41,0	31	26,9	52	44,0	41	33,8
RA 16_LAGO SUL	3	10,3	0	0,0	1	3,4	1	3,4
RA 17_RIACHO FUNDO	13	21,3	12	18,6	22	32,4	14	19,5
RA 18_LAGO NORTE	7	18,6	9	23,2	7	17,4	9	21,6
RA 19_CANDANGOLANDIA	3	18,9	3	18,9	3	18,9	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>567</b>	<b>23,7</b>	<b>651</b>	<b>26,5</b>	<b>756</b>	<b>30,1</b>	<b>638</b>	<b>24,8</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados do Distrito Federal

Mesmo com uma queda dos homicídios no ano de 2010, os números ainda eram 12% superiores aos observados em 2007, ano de início da implantação dos postos comunitários, o que demonstra a pouca efetividade da política ao menos em crimes contra a vida.

### 3.4.2 Ação pela Vida (2011-2014)

O Programa Ação Pela Vida, iniciado no ano de 2012, representa o início dos programas de segurança pública do DF inspirados na política pernambucana Pacto pela vida.

No entanto, em pesquisa pelo termo “ação pela vida” no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF - SINJDF, não localizamos nenhum decreto de instituição do programa ou a sistematização clara dos instrumentos norteadores da política, a fim de compreender seus objetivos e metas.

As informações institucionais públicas localizadas acerca da implementação do programa constam de reportagem veiculada no dia 20 de abril de 2012, na página eletrônica da Agência Brasília, o portal de notícias oficiais do governo do Distrito Federal. Segundo a reportagem, o Programa

Ação Pela Vida começava naquele dia com a missão de enfrentar a criminalidade através da cooperação entre as forças de segurança e, de acordo com as palavras do Governador, tratava-se de um programa de defesa da vida que atuaria com novas tecnologias e realizaria um monitoramento semanal das estatísticas em reuniões que ele participaria pessoalmente, a exemplo do Pacto pela Vida de Pernambuco.

Um dos avanços observados foi a criação das Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública – AISP/RISP, no âmbito do Distrito Federal, através do Decreto nº 33.882 de 29 de agosto de 2012, visto que até então as áreas de segurança pública estavam legalmente sistematizadas em um instrumento da década passada, Decreto 22.844, de 04 de abril de 2002 .

Dessa forma, as dezoito áreas de segurança pública, que correspondiam, basicamente, cada uma, a uma RA foram substituídas por 4 (quatro) Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP que agregavam entre elas 31 (trinta e uma) Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP.

Segundo o Secretário de Segurança Pública da época, Delegado de Polícia Federal Sandro Avelar “Cada área tem particularidades e temos que respeitá-las para logarmos êxito no combate à criminalidade que vigora em cada região”.

O novo Decreto também criou o Conselho Operacional Regional - COR, órgão de deliberação coletiva de cada Região Integrada de Segurança Pública a quem competia tomar as medidas necessárias ao enfrentamento e solução dos problemas de segurança pública, de criminalidade e de violência social que acometesse a respectiva Região Integrada de Segurança Pública (Art. 6º). Cabia a SSPDF coordenar os trabalhos do Conselho Operacional Regional.

**Quadro 4** - Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública – Decreto nº 33.882 de 29 de agosto de 2012

Denominação da AISP	RISP Integrante	Região Administrativa
Metropolitana	RISP - I	Brasília
	RISP - X	Guará
	RISP - XI	Cruzeiro
	RISP - XVI	Lago Sul

	RISP - XXII	Sudoeste / Octogonal
	RISP - XXV	SCIA/Estrutural
	RISP XXIX	SIA
Oeste	RISP - III	Taguatinga
	RISP - IV	Brazlândia
	RISP - IX	Ceilândia
	RISP - XII	Samambaia
	RISP - XX	Águas Claras
Leste	RISP - V	Sobradinho
	RISP - VI	Planaltina
	RISP - VII	Paranoá
	RISP - XIV	São Sebastião
	RISP - XVIII	Lago Norte
	RISP - XXIII	Varjão
	RISP - XXVI	Sobradinho II
	RISP - XXVII	Jardim Botânico
	RISP - XXVIII	Itapoã
	RISP - XXXI	Fercal
Sul	RISP - II	Gama
	RISP - VII	Núcleo Bandeirante
	RISP - XIII	Santa Maria
	RISP - XV	Recanto das Emas
	RISP - XVII	Riacho Fundo
	RISP - XIX	Candangolândia
	RISP - XXI	Riacho Fundo II
	RISP - XXIV	Park Way

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Decreto 33.882 de 29 de agosto de 2012

Conforme observado, a partir de 2012, o DF passa a observar uma redução significativa das suas taxas de homicídios.

**Gráfico 5** - Ocorrência de homicídios no DF 2011 a 2014

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da SSPDF

A partir de 2012 as ocorrências de homicídio experimentaram forte queda, conforme demonstrado no gráfico 6. A Política Ação pela Vida experimentou uma abordagem mais sistematizada e respeitando as especificidades de cada região administrativa.

É possível observar significativa queda a partir de 2012 nas ocorrências de homicídio.

**Tabela 13** - Ocorrências de homicídios registradas no Distrito Federal (2011 – 2014)

DSC_CIDADE_SEM_CEP	2011		2012		2013		2014	
	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.
RA 01_BRASILIA	16	7,6	20	9,4	20	9,2	18	8,3
RA 02_GAMA	41	32,2	46	35,1	37	27,4	56	40,5
RA 03_TAGUATINGA	32	16,2	41	20,0	35	16,4	32	14,8
RA 04_BRAZLANDIA	28	56,7	18	35,8	20	39,1	11	21,3
RA 05_SOBRADINHO	9	15,2	10	16,3	6	10,2	9	14,7
RA 06_PLANALTINA	89	55,0	76	44,1	87	46,9	62	33,1
RA 07_PARANOA	25	58,9	22	49,9	22	47,6	32	67,9
RA 08_NUCLEO BANDEIRANTE	3	13,3	5	21,7	6	25,3	3	12,3
RA 09_CEILANDIA	129	31,9	163	38,4	163	36,1	138	29,3
RA 10_GUARA	9	8,3	17	15,1	14	11,7	6	4,8
RA 11_CRUZEIRO	2	6,4	1	3,2		0,0	2	6,1
RA 12_SAMAMBAIA	60	29,7	83	39,1	54	23,6	67	27,8
RA 13_SANTA MARIA	54	45,2	48	39,8	55	44,8	41	33,1
RA 14_SAO SEBASTIAO	41	52,7	46	53,9	43	43,5	44	44,2
RA 15_RECANTO DAS EMAS	35	28,1	63	48,6	40	28,8	46	32,4

RA 16_LAGO SUL		0,0		0,0	1	3,3		0,0
RA 17_RIACHO FUNDO	4	11,3	10	27,7	11	29,3	3	7,7
RA 18_LAGO NORTE	1	3,0		0,0	1	2,9	1	2,8
RA 19_CANDANGOLANDIA	4		1		8		8	
RA 20_AGUAS CLARAS	13	11,8	25	22,2	8	6,7	10	7,8
RA 21_RIACHO FUNDO 2	12	32,388	5	13,232	4	10,146	11	24,362
RA 22_SUDOESTE	-	0	-	0	1	1,913	2	3,8021
RA 23_VARJAO DO TORTO	6	-	-	-	3	-	3	-
RA 24_PARK WAY	1		3					
RA 25 ESTRUTURAL	33	102,65	42	127,2	32	91,184	17	45,942
RA 26_SOBRADINHO 2	24	25,456	5	5,2515	10	10,26	24	24,217
RA 27_JARDIM BOTANICO	1	4,1918	1	4,1203	1	3,9523	-	0
RA 28_ITAPOA	39	69,198	24	41,888	12	20,103	27	42,197
RA 29_SIA*	3	-	4	-	3	-	7	-
RA 30_VICENTE PIRES	8	11,802	9	13,016	6	8,2856	9	12,402
RA 31_FERCAL	-	-	4	-	4	-	4	-
<b>TOTAL DF</b>	<b>722</b>	<b>27,663</b>	<b>792</b>	<b>29,903</b>	<b>707</b>	<b>25,343</b>	<b>693</b>	<b>24,296</b>

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da SSPDF

### 3.4.3 Programa Viva Brasília Nosso Pacto pela Vida (2015 – 2018)

Ao contrário das políticas de segurança que o antecederam, o Programa Viva Brasília Nosso Pacto pela Vida - PPV possuía um diagnóstico e objetivos claros sistematizados na legislação de criação e no Documentos Orientador da Política, ou seja, havia um plano a ser seguido.

Instituído pelo Decreto nº 36.69, de 21 de julho de 2015, o programa “Viva Brasília – o Nosso Pacto pela Vida”, inaugurou no Distrito Federal uma gestão integrada com ação policial mais qualificada concentrada em evidências (Atlas da Violência, 2019). Seus objetivos específicos eram:

- Redução dos crimes violentos letais intencionais - CVLI;
- Redução dos crimes violentos contra o patrimônio - CCP;
- Aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e melhoria da prestação do serviço público de segurança; e
- Diminuição da vulnerabilidade social por meio da promoção da paz social e de políticas de prevenção de violências.



O novo programa manteve a divisão do território em AISP's e RISP's, no entanto o que era AISP na política anterior passou a ser RISP e sucessivamente. Assim, a partir de 2015, para fins da execução da política de segurança pública, o DF passou a ser dividido em quatro Regiões Integradas de Segurança (RISP's) – Metropolitana, Oeste, Sul e Leste; visando permitir a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos (Decreto nº 36.621 de 21/07/2017).

Por sua vez, as Risp's foram divididas em Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP's que se caracterizam por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração, no nível operacional, das Forças de Segurança para o desenvolvimento de procedimentos, ações e operações específicas e integradas, isoladas ou em conjunto (Decreto nº 36.621 de 21/07/2017).

**Tabela 14 - Ocorrências de homicídios registradas no Distrito Federal (2015 – 2018)**

DSC_CIDADE_SEM_CEP	2015		2016		2017		2018	
	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.
RA 01_BRASILIA	23	10,5	15	6,8	17	7,7	18	8,1
RA 02_GAMA	38	26,8	40	27,5	38	25,5	26	17,0
RA 03_TAGUATINGA	35	15,9	28	12,5	23	10,1	21	9,1
RA 04_BRAZLANDIA	21	40,2	19	35,9	11	20,6	21	38,8
RA 05_SOBRADINHO	20	31,5	15	22,8	15	22,0	12	16,9
RA 06_PLANALTINA	56	29,6	63	32,9	60	31,0	48	24,5
RA 07_PARANOIA	24	50,0	32	65,4	11	22,1	11	21,6
RA 08_NUCLEO BANDEIRANTE	1	4,0	3	11,6	1	3,8	3	11,0
RA 09_CEILANDIA	112	22,9	93	18,3	81	15,3	85	15,4
RA 10_GUARA	15	11,3	4	2,9	3	2,0	5	3,2
RA 11_CRUZEIRO	2	6,0		0,0		0,0		0,0
RA 12_SAMAMBAIA	39	15,3	48	17,9	50	17,6	32	10,7
RA 13_SANTA MARIA	53	42,4	36	28,5	36	28,2	21	16,3
RA 14_SAO SEBASTIAO	26	26,0	40	39,7	31	30,6	27	26,5
RA 15_RECANTO DAS EMAS	39	26,8	47	31,6	19	12,5	22	14,2
RA 16_LAGO SUL		0,0	1	3,4	1	3,5	1	3,5
RA 17_RIACHO FUNDO	5	12,5	3	7,2	6	14,0	4	9,1
RA 18_LAGO NORTE	5	13,8	1	2,7	1	2,6	1	2,5
RA 19_CANDANGOLANDIA	6		2		5	29,7		0,0
RA 20_AGUAS CLARAS	11	8,0	3	2,0	5	3,1	7	4,0
RA 21_RIACHO FUNDO	5	9,6688	12	20,261	6	8,8453	7	9,0103

2									
RA 22_SUDOESTE	-	0	1	1,8773		0		0	
RA 23_VARJAO DO TORTO	-	-	2	-		1	10,945	1	10,991
RA 24_PARK WAY	1	-	-	-		0		1	5,0264
RA 25_ESTRUTURAL	24	61,513	18	43,755		19	43,803	20	43,729
RA 26_SOBRADINHO 2	20	19,847	23	22,448		23	22,077	13	12,272
RA 27_JARDIM BOTANICO	-	0	1	3,5146		0			0
RA 28_ITAPOA	30	43,74	22	29,925		21	26,648	19	22,493
RA 29_SIA*	1		3	-		4		4	-
RA 30_VICENTE PIRES	3	4,1254	8	10,978		6	8,2163	4	5,4661
RA 31_FERCAL	3	-	5	-		8	87,936	5	53,888
<b>TOTAL DF</b>	<b>618</b>	<b>21,202</b>	<b>588</b>	<b>19,723</b>		<b>502</b>	<b>16,463</b>	<b>439</b>	<b>14,076</b>

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos dados da SSPDF

A Política Pacto pela Vida trouxe resultados significativos para a segurança pública do Distrito Federal. Os dados revelam queda de 42% na taxa de homicídio de 2015 a 2018.

### 3.5 Força Policial

A polícia moderna é explicada por Bittner (2003) como “o último tijolo da construção básica na estruturação do governo executivo moderno” p. 15. Assim, antes de julgar as práticas institucionais das polícias, cumpre estabelecer o seu papel na sociedade, pois apesar de rotineiramente as competências policiais serem determinadas como, “controlar o crime” e “manter a paz”, essas definições são abstratas e em pouco contribuem na confecção de uma identidade policial.

David Bayley (2017) buscou analisar os padrões de policiamento através de uma análise comparativa internacional e identificou uma ausência de estudos acadêmicos robustos que se dedicassem ao estudo das polícias; um fato curioso visto que manutenção da ordem pública é função essencial do governo e se confunde com sua própria legitimidade. Em seus estudos, constatou que “a polícia só é percebida durante eventos dramáticos de repressão política” (p.16) e que “as rotineiras manutenções da ordem e prevenção de crime são comumente ignoradas, ainda que representem uma parte muito mais importante da vida diária dos cidadãos do que a repressão política” (p. 16).

No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, os cientistas políticos, economistas e sociólogos passaram a examinar as funções da polícia na sociedade. A realidade é que constantemente o tamanho do efetivo policial é

justificativa para o fracasso de certas políticas de enfrentamento as violências ou mesmo para o aumento dos índices criminais. No entanto, para Bayley, os resultados observados na segurança pública não devem estar associada somente a atuação policial.

(...) é difícil mostrar empiricamente que qualquer aspecto da performance policial está relacionado aos resultados obtidos, porque a efetividade depende de muitas circunstâncias fora do controle policial, tais como o grau de alfabetização da população, nível de emprego, bem-estar econômico, desenvolvimento tecnológico e valores culturais.  
(ver a página grifei no livro)

No Distrito Federal, quando analisamos as força de trabalho das polícias percebemos que o seu quadro foi reduzindo com o passar dos anos, não obstante os índices criminais de homicídios reduziram nos últimos 7 (sete) anos.

**Tabela 15** - Efetivo policial do Distrito Federal entre 2007 e 2019

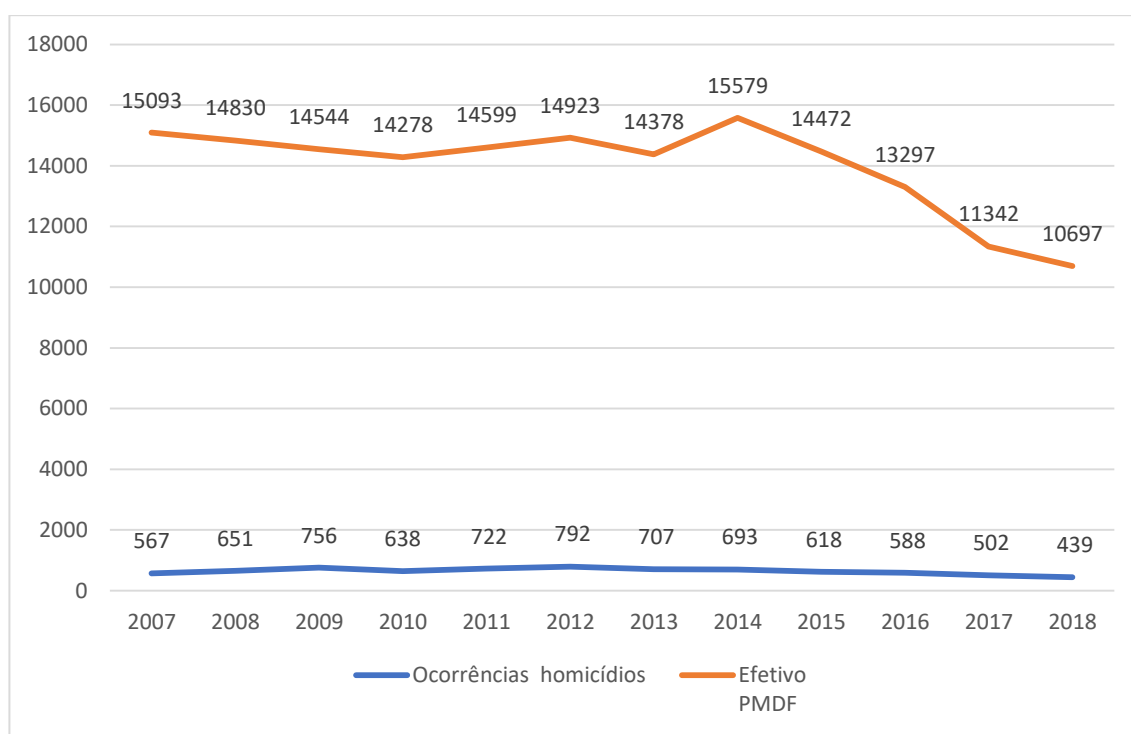
Ano	Efetivo PMDF	Efetivo PCDF
2007	15093	4313
2008	14830	4158
2009	14544	4169
2010	14278	4295
2011	14599	4218
2012	14923	4065
2013	14378	3913
2014	15579	3975
2015	14472	3760
2016	13297	3840
2017	11342	3642
2018	10697	3542
2019	9856	3353

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pela PMDF e PCDF

Observamos que entre 2007 e 2019 o efetivo da PMDF e PCDF reduziram mais de 30% e 20% respectivamente, e em que pese o aumento populacional e expansão urbana, os índices de criminalidade observaram considerável queda nos últimos anos, conforme observado na tabela xxx.

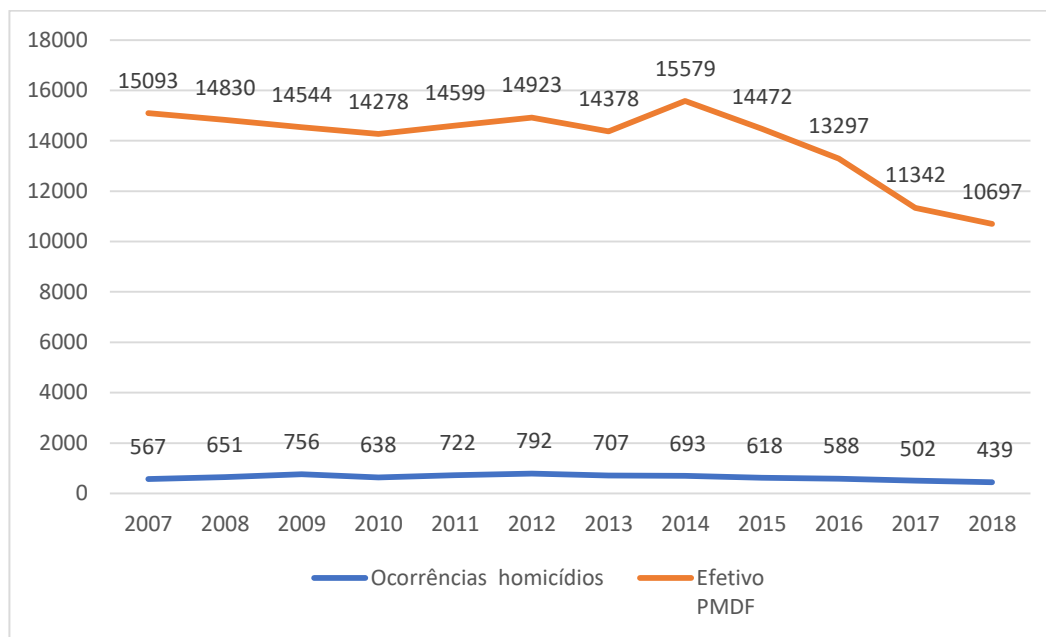
As inferências tomadas a partir das análises dos dados podem, portanto, podem nos provocar a analisar que o efetivo policial não é necessariamente a influência preponderante nos índices de criminalidade.

**Gráfico 6 – Efetivo da PMDF versus Ocorrências de Homicídios**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados fornecidos pela PMDF , PCDF e SSPDF

No Gráfico 8 é possível visualizar uma redução de 41% do efetivo da força policial militar entre 2007 e 2018. Os homicídios também acompanharam a queda e reduziram cerca de 29% no mesmo período.

**Gráfico 7 – Efetivo da PCDF versus Ocorrências de Homicídios**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados fornecidos pela PMDF , PCDF e SSPDF

O mesmo fenômeno também é verificado no efetivo da polícia civil, no Gráfico 8 é possível visualizar uma redução de 22% do efetivo da força policial militar entre 2007 e 2018.

Estas análises demonstram, ao menos de maneira superficial, que o “problema da segurança pública” não se reduz ao quantitativo de policiais

#### **4. MODELO QUANTITATIVO DOS NEXOS ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL**

No Brasil a maioria dos estudos que buscam investigar a relação entre variáveis econômicas e criminalidade concentra-se em matérias sociais ou de criminologia, o que pode ser atribuído a precariedade de dados confiáveis (Andrade e Lisboa, 2000; Araújo e Fajnzylber, 2001). No entanto, é possível encontrar estudos recentes com resultados significativos que ajudam entender a dinâmica das possíveis determinantes da criminalidade no nosso país.

Hamberger, Araújo e Valle (2019), estudaram os efeitos de variáveis econômicas, sociais e demográficas sobre a taxa de criminalidade em 4 (quatro) mesorregiões de Minas Gerais. A investigação foi desenvolvida a partir de uma comparação entre os modelos explicativos das regiões com maiores e menores taxas de crimes violentos. Os principais resultados deste estudo demonstraram que a população jovem, no caso considerada entre 15 e 29 anos, afeta positivamente a criminalidade. Outra constatação destacada é que o investimento em esporte tende a reduzir a criminalidade.

Saraiva, Conceição e França (2017); analisaram as determinantes da criminalidade dos municípios do Rio Grande do Sul, através de uma análise econométrica espacial que utilizou uma variável agregada de 12 tipos penais. Suas conclusões identificaram a existência de padrões espaciais na distribuição do crime, além de evidenciar a influência dos municípios vizinhos nas taxas de criminalidade sugerindo a importância de combater o crime não apenas em locais onde os índices de criminalidade são maiores.

Santos e Kassouf (2007), com base no modelo econômico de Becker, através da utilização de dados em painéis, testaram a hipótese de que atividades ilegais lucrativas aumentam as taxas de crimes. Os resultados sustentam que o mercado ilícito de drogas impacta em altas taxas de criminalidade e fornece bases que evidenciam que a desigualdade de renda, urbanização e condições e o desemprego contribuem positivamente para o crescimento da criminalidade.

Lemos e Santos Filho (2005) – investigaram as causas sociais e econômicas da criminalidade em Aracajú através da construção de um modelo

que foi desmembrado em dois a fim de analisar os crimes contra a pessoa, que não foi aplicado, e crimes contra o patrimônio que identificaram a renda, infraestrutura, baixa densidade demográfica como variáveis explicativas de 90% do fenômeno da região.

Araújo e Fajnzylber (2001) analisaram o impacto das variáveis econômicas e demográficas sobre a taxa de criminalidade de todos os estados da federação entre 1981 e 1996, a partir de um modelo econométrico. Observaram que a educação possui efeito negativo em relação aos crimes contra a pessoa e efeito positivo em relação a crimes contra a propriedade

Andrade e Lisboa (2000) estudaram a relação entre taxas de homicídios da população masculina com as variáveis econômicas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo entre 1981 e 1997. O grande diferencial desse estudo foi a segmentação das taxas de homicídios por sexo e idade, o que permitiu identificar que dependendo do corte os parâmetros estimados para as variáveis econômicas são diferenciados, o que os levou a identificar que entre homens de 15 a 40 anos, o aumento do salário real e uma queda da desigualdade reduzem as taxas de homicídio

Há diversas abordagens e teorias que buscam compreender a criminalidade nas diferentes áreas de conhecimento, as quais, segundo Cano e Soares (2002) podem ser divididos em cinco grupos: teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; teorias centradas no *homo economicus*, ou seja, no crime como uma atividade racional de maximização do lucro; teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna; e correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades.

### **Teoria de Lombroso**

Lombroso foi o principal nome das Teorias focadas nas patologias individuais, acreditava na presença de características físicas e mentais natas que identificavam os criminosos. Por conseguinte, estes indivíduos estariam hereditariamente designados para cometerem crimes. No entanto, devido ao seu conteúdo racista, a ênfase dada pela teoria lombrosiana aos aspectos

biológicos foi abandonada após a Segunda Guerra Mundial (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

### **Teoria da Desorganização Social**

A Teoria da Desorganização Social é uma abordagem que focaliza nas comunidades locais e nas redes de associação e de amizades do indivíduo, “desse modo, a criminalidade emergiria como consequência de efeitos indesejáveis na organização dessas relações sociais comunitárias de vizinhanças” (ENTORF e SPENGLER; 2002 apud CERQUEIRA e LOBÃO; 2004).

### **Teoria do Estilo de Vida**

A Teoria do Estilo de vida, por sua vez, assume como hipótese a existência de três elementos: uma vítima em potencial, um agressor em potencial e uma tecnologia de proteção ditada pelo estilo de vida da vítima em potencial. Para esta abordagem, quanto maior a provisão de recursos por proteção, maiores os custos de se perpetrar o crime e menores as oportunidades para o agressor. Assim, os indivíduos que possuem atividades de lazer dentro de casa, relativamente àqueles que costumam divertir-se em ambientes públicos, tenderiam a ser menos vitimados. Da mesma forma, pessoas que trabalham fora ou que moram sozinhas também teriam maiores probabilidades de ser vitimadas, em relação àquelas que ou não trabalham ou trabalham em casa ou ainda àquelas que moram com outros familiares. (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004).

### **Teoria da Associação Diferencial ou da Aprendizagem Social**

Para a Teoria da Associação Diferencial ou da Aprendizagem Social o crime é considerado um comportamento aprendido através da socialização e interação entre indivíduos que adotam comportamentos relacionados à delinquência. Assim, a conduta criminoso é assimilada por um processo de comunicação. (LIMA et. al; 2017).

### **Teoria do Autocontrole**

Os defensores da teoria do Autocontrole defendem que o grau de autocontrole apresentado por um indivíduo é o que determina sua maior ou menor pretensão ao crime (LIMA et. al; 2017). Neste sentido, a diferença entre indivíduos com comportamentos desviantes de outros é o fato de os primeiros



não terem desenvolvido mecanismos psicológicos de autocontrole entre os 2 ou 3 anos até a fase pré-adolescente.

### **Teoria da Anomia**

Segundo Cerqueira e Lobão (2004), a Teoria da Anomia é uma das abordagens sociológicas mais tradicionais segundo a qual a motivação para a prática criminosa decorreria da impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele devido a: diferenças das aspirações individuais e os meios econômicos disponíveis; ou expectativa de realização; oportunidades bloqueadas e privação relativa.

### **Economia do Crime**

A abordagem econômica do crime já atraía a atenção dos economistas, Adam Smith já se dedicava a observar as relações entre crime, demanda por proteção e o acúmulo de propriedade (Ehrlich, 1996) e em que pese às discussões acerca das determinantes e consequências do crime tenham sido dominadas por pesquisadores de outras áreas é de se notar que a investigação econômica do crime ganhou robustez teórica nas últimas décadas, a partir dos estudos de Becker (1968), o qual construiu um modelo microeconômico a respeito da decisão racional entre cometer ou não crimes. Ou seja, o indivíduo realiza uma escolha entre o setor legal e ilegal avaliando os benefícios e os custos de entrar em umas das atividades. Assim ele atuaria no setor ilegal da economia caso os custos fossem menores que os benefícios oriundos da atividade correspondente (ARAUJO e FAJNZYLBBER, 2000).

## **4.2 Um Modelo Econométrico para Avaliar os Nexos**

Este modelo verificará os condicionantes socioeconômicos que exercem influência nas taxas de criminalidade das regiões administrativas do Distrito Federal a partir de uma abordagem descritiva, a qual segundo Carvalho e Albuquerque (2010) se inicia com uma análise da teoria econômica amparada ou não em modelos matemáticos fundamentados. E a partir de indicadores estatísticos ou regressões buscam evidências que relacionam determinadas variáveis com determinada teoria.

## 4.2.1 Variáveis independentes

### a) Variável Econômica

- **Renda** - De acordo com Araújo e Fajnzylber (2001) de maneira simplificada, com base na teoria econômica de Becker, “ o crime só ‘compensará’ se os salários no mercado legal forem suficientemente baixos” (p. 13). Ou seja, o retorno líquido do crime deve ser superior ao retorno advindo de uma atividade lícita. Dessa forma, cumpre analisarmos a renda per capita a fim de identificarmos sua influência na criminalidade das regiões do Distrito Federal.

Em análise, a renda pode exercer um efeito ambíguo sobre a criminalidade, ao passo que em relação a pobreza é esperado um efeito positivo e a concentração de renda, a ser representada pelo índice de Gini, pode ser um estímulo aos crimes contra o patrimônio (Lemos, Filho e Jorge, 2005)

### b) Variáveis Sociais

Entre 2000 e 2010 o Brasil alcançou significativos avanços sociais e econômicos: redução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda, ampliação do acesso à educação básica e a universidade, alcance do posto de sexta economia do planeta, controle da inflação e a redução do desemprego são reconhecidas vitórias. Em que pese nossos índices ainda sejam medíocres quando comparados com países europeus ou com outros sul-americanos, é preciso reconhecer as conquistas (SAPORI, 2012).

No entanto, Sapori (2012) identifica que tal fenômeno não se replica quando são analisados os indicadores de violência. A mesma década é marcada por altos e baixos nas taxas de homicídios, seguida por uma estabilização; tendência não verificada na maioria dos Estados que enfrentaram trajetória ascendente dos seus índices. A sensação de medo e insegurança também cresceram e o perfil das vítimas se manteve entre negros, pobres e moradores das periferias.

Sob uma perspectiva do senso comum, estaríamos diante de um paradoxo, composto por duas macrotendências: melhoria da inclusão social e agravamento da segurança pública, que se caracterizaria justamente pela percepção de que “se a sociedade brasileira realiza conquistas sociais, era de se esperar que a criminalidade seguisse caminho contrário, no sentido da redução” (p. 134)

No entanto, Saporì (2012) ressalta o caráter simplista deste raciocínio, justamente por compreender que não há um paradoxo neste cenário, visto que os índices de violência não devem ser interpretados unicamente sob perspectivas de variáveis socioeconômicas e de pobreza, que são para o estudioso apenas “pano de fundo” de um problema maior. O fenômeno da violência, em especial o homicídio, é afetado por outros fatores, tais como: estruturação do tráfico de drogas, impunidade e políticas públicas de ineficientes.

Neste contexto serão consideradas como variáveis sociais:

- **População jovem entre 15 a 19 anos** – Os resultados dos estudos de Andrade e Lisboa (2001) sugerem a relevância da variável, segundo eles “os resultados dos modelos regredidos evidenciam que para os homens mais jovens, 15 a 19 anos, as variáveis econômicas são importantes para explicar a violência” (p.793)  
Dessa forma, espera-se que uma maior população jovem na região exerça efeito positivo na criminalidade.
- **Escolaridade**- A identificação dos níveis de escolaridade dos moradores provavelmente impactará negativamente os índices de criminalidade. A expectativa é a de que maiores níveis educacionais aumentem os custos de oportunidade do exercício de práticas criminosas.
- **Estrutura familiar** – Esta variável visa identificar a presença de famílias chefiadas por apenas um dos cônjuges, por considerar que tal situação ocasionaria maior dificuldade para

educação e controle de crianças e adolescentes. Espera-se que a maior presença de famílias uniparentais exerça efeito positivo na criminalidade.

- **Densidade demográfica** – Maiores densidades demográficas tendem a prejudicar o controle do comportamento, de forma a estimular a práticas delituosas. Dessa forma, espera-se uma relação positiva dessa variável com as taxas de criminalidade.

### c) Variáveis da Dimensão Espacial

A perspectiva espacial para o estudo do crime sempre foi objeto de estudo das Ciências Sociais (Beato, 1998). No entanto, é possível percebermos sua aplicação também como subsídio para a confecção e implementação de políticas públicas, a exemplo da confecção de mapas de criminalidade, manchas criminais, diagnóstico de áreas críticas e outros que orientam as ações e a tomada de decisão dos gestores da segurança pública.

- **Infraestrutura urbana** – A existência da infraestrutura das regiões será analisada pelo asfaltamento, iluminação, rede pluvial e existência de parques ou jardins nas proximidades; conforme os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios.  
Espera-se para essa variável um comportamento negativo visto que uma melhor infraestrutura tende a coibir a criminalidade
- **Desordens** – Para além de identificar em mapas as regiões com maiores índices de homicídios ou roubos, a análise da dimensão espacial como instrumento de combate à criminalidade está associada a identificação e eliminação das desordens. As quais, segundo Piquet (2002), podem ser classificadas entre físicas e sociais. A desordem física é

identificada como as pichações, mato alto, lixo nas ruas etc. A social refere-se ao consumo de drogas, prostituição, áreas públicas ocupadas ilegalmente etc.

Em todas as cidades é possível identificar as regiões mais valorizadas, aquelas em que as pessoas preferem morar e estão dispostas a pagar mais por isso, regiões que atraem negócios e investimentos imobiliários. Basicamente, esta característica pode ser associada a presença de infraestrutura qualificada ou mesmo fatores de controle social informais como presença de “famílias estruturadas”, consideradas aqui como famílias em que ambos os parceiros se dividem na supervisão das crianças e adolescentes. (Piquet, 2002)

No entanto, para Piquet (2002), essa assimetria na distribuição dos recursos sociais e políticos não seriam suficientes para identificar níveis de segurança e qualidade de vida diferentes em áreas mais ricas. Segundo Piquet, é necessário observar além dos investimentos em infraestrutura e além dos investimentos em serviços públicos. É preciso lançar olhares sobre a participação comunitária, visto que “ é possível encontrar algumas evidências de que a erosão da capacidade de agir coletivamente é um dos principais fatores que afeta a segurança e a estabilidade social dos bairros” p. 5 (Skogan 1990; Wilson e Taub, 2006 apud Piquet).

- **Desemprego** – um dos maiores problemas socioeconômicos enfrentado pelos países, o desemprego está muito associado a prática de crimes contra o patrimônio, mas não a homicídio (Cerqueira, 2014).

#### d) Variáveis do Sistema de Justiça Criminal

Cerqueira (2014) destaca a importância de um grupo de variáveis destinadas a compreender o funcionamento do sistema de justiça criminal, e para tal destaca: efetivo policial, despesas reais com segurança pública e a taxa de encarceramento.

- **Efetivo policial** – Uma máxima do senso comum diz respeito a alocação de agentes de segurança como garantia da redução da criminalidade e aumento do aprisionamento. Ou seja, com mais policiais teríamos menos crimes. No entanto, conforme Cerqueira (2014), muitas pesquisas não conseguiram demonstrar que a provisão de policiais ocasionaria redução da criminalidade. Dessa forma, a inclusão dessa variável nos ajudará a compreender a influência do efetivo policial na redução dos índices de criminalidade do Distrito Federal.
- **Despesas com segurança pública** – Outro grande ponto de questionamento quando pautada a segurança pública diz respeito aos investimentos ou a sua falta. A inclusão dessa variável auxiliará na compreensão do impacto da alocação de recursos na redução da criminalidade.
- **Taxa de encarceramento** – Segundo Cerqueira (2014), o alto número de prisões poderia exercer um efeito de “incapacitação dos criminosos” e “dissuasão ao crime para potenciais perpetradores” (p.28). Dessa forma, espera-se um efeito negativo entre a taxa de encarceramento e os índices de criminalidade.

### 4.3 O Modelo

Diversos estudos nacionais e internacionais se propuseram a identificar as determinantes da criminalidade. No caso brasileiro, tais estudos buscaram estimar as taxas de crimes e homicídios utilizando diferentes recortes territoriais e métodos de análise.

O modelo estimado por Pinto *et al.* (2018) verifica a validade um conjunto de variáveis explicativas para determinar a taxa de homicídios nos Estados brasileiros e no Distrito Federal, entre os anos de 2001 a 2014, por meio de uma análise em painel utilizando o método dos momentos generalizados (MMG). O modelo estimado é descrito na Equação 1 a seguir:

$$txcrimeh_{it} = \alpha + \beta_1 txcrimeh_{it-1} + \beta_2 gpssp_{it} + \beta_3 gpas_{it} + \beta_4 renda_{it} + \beta_5 esc_{it} + \beta_6 txpb_{it} + \beta_7 cgini_{it} + \beta_8 ginf_{it} + \beta_9 densi_{it} + \mu_{it} v_{it} \quad (1)$$

Onde: *txcrimeh* é a taxa de crimes de homicídios; *gpss* representa os gastos públicos com segurança pública; *gpas* são os gastos públicos com assistência social; *renda* é a renda *per capita*; *esc* é a taxa de escolaridade; *txpb* é a taxa da pobreza; *cgini* é o coeficiente de gini; *ginf* representa o grau de informalidade da força de trabalho; *densi* é a densidade demográfica;  $\mu$  representa os efeitos das características não observadas de cada estado; e *v* é o termo de distúrbio aleatório típico.

Os resultados apontam que somente as variáveis *txcrimeh<sub>it-1</sub>* e *esc<sub>it</sub>* foram significativas no modelo, sinalizando que a taxa de crimes de homicídios defasada afeta positivamente a taxa atual de homicídios, enquanto o nível de escolaridade apresenta uma relação inversa, ou seja, o aumento da escolaridade da população tem um efeito de reduzir a ocorrência de crimes de homicídios (PINTO *et al.*, 2018).

Sachsida e Mendonça (2013) verificaram a efeito de políticas de repressão sobre a taxa de homicídios no Brasil, entre os anos de 2001 e 2009, utilizando análise de dados em painel, estimados por efeitos fixos e aleatórios a partir de bases de áreas mínimas comparáveis (AMCs) e estaduais. Para explicar a criminalidade, os autores utilizam um conjunto de variáveis divididas

entre variáveis de controle (taxa de homicídio defasa, taxa de desemprego, desigualdade de renda e a proporção de homens entre 18 e 24 anos) e variáveis de repressão (taxa defasadas de encarceramento, de policiais militares e de policiais civis). Dentre os diversos modelos estimados, o estudo consegue evidenciar seu objetivo principal comprovando que o aumento das taxas de encarceramento e de policiamento “são políticas públicas capazes de reduzir a taxa de homicídios, independentemente de a desigualdade de renda diminuir ou de o nível de escolaridade da população aumentar” (SACHSIDA; MENDONÇA, 2013, p. 38).

Por meio de um modelo de regressão linear múltipla ajustada, Sousa *et al.* (2014) analisaram a relação entre variáveis sociais e o nível de mortalidade por homicídios em Fortaleza (CE), entre os anos de 2004 e 2006. Os parâmetros estimados indicam que a renda *per capita*, a média de anos de estudo e a proporção de chefes de família com 15 anos ou mais de estudo apresentam uma relação negativa à taxa de homicídios, enquanto a proporção de domicílios em condições precárias e um coeficiente retratando os anos potenciais de vida perdido apresentaram uma relação positiva. A pesquisa destaca ainda que os “fatores relacionados com pobreza, escolaridade e juventude explicam em 51% a variação da taxa de homicídio, denotando risco mais elevado para indivíduos jovens, de baixa escolaridade e pobres” (SOUSA *et al.*, 2014, p. 201).

Lucas, Cunha e Bondezan (2020) testaram a dependência espacial da criminalidade nos municípios paraenses no ano de 2015, estimando três modelos econométricos espaciais que utilizam a taxa de homicídios como variável dependente, explicada pelas variáveis densidade demográfica, coeficiente de Gini, taxa de desemprego, proporção de jovens do sexo masculino, proporção de domicílios chefiados por mulheres (mães) e pela proporção de estudantes com atraso escolar. O estudo comprova a presença de dependência espacial, e todas as variáveis utilizadas no modelo apresentaram um efeito positivo para o aumento da criminalidade. Ainda todas as variáveis sendo estatisticamente significativas e apresentando os sinais esperados, os autores destacam que a proporção de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 foi a principal determinantes da criminalidade no estado do



Paraná, uma vez que apresentou o maior coeficiente estimado (LUCAS; CUNHA; BONDEZAN, 2020).

A hipótese de dependência espacial também é validada no estudo de Moreira e Fochezatto (2017), que demonstrou que a densidade demográfica e o PIB *per capita* afetam positivamente a taxa de criminalidade nos municípios do estado da Bahia, para o ano de 2014, enquanto os vínculos empregatícios *per capita* apresenta um efeito negativo, porém este não apresentou significância estatística. O estudo ressalta ainda que a variável matrícula *per capita* apresentou um resultado controverso, afetando positivamente o nível de criminalidade, sendo uma das hipóteses apresentadas pelos autores relacionadas à precariedade do ensino, ou das escolas, em inserir os jovens no mercado de trabalho e na formação de valores individuais.

#### 4.3.1 Modelo proposto para analisar a criminalidade no Distrito Federal

Como se pretende analisar o nexos entre economia, sociedade e segurança pública no Distrito Federal, este estudo propõe um modelo econométrico utilizando regressão linear múltipla, expresso em sua forma funcional por:

$$txhom = f(jov, dens, reprov, gini) \quad (2)$$

Onde:

*txhom* é a taxa de homicídios por 100 mil habitantes;

*jov* é a razão entre o número de jovens do sexo masculino com idades entre 15 e 24 anos em relação à população total;

*dens* é densidade demográfica urbana (habitantes/km<sup>2</sup>);

*reprov* é a taxa de reprovações e abandono escolar no ensino fundamental; e

*gini* é o Índice de Gini da desigualdade de renda;

O modelo econométrico a ser estimado e analisado por esse trabalho segue a seguinte especificação:

$$\ln(txhom) = \alpha + \beta_1 \ln(jov) + \beta_2 \ln(den) + \beta_3 \ln(reprov) + \beta_4 \ln(gini) + \mu \quad (3)$$

Assumindo  $\ln$  como a forma de logaritmo natural, ou neperiano;  $\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados pelo modelo; e  $\mu$  é o termo de erro estocástico.

Optou-se por utilizar o formato logaritmo para obter uma melhor interpretação dos resultados dos parâmetros estimados, uma vez que os valores serão fornecidos em termos de elasticidades.

Diferente dos modelos apresentados na seção anterior que utilizam recortes municipais, estaduais ou macrorregionais, o Distrito Federal é subdividido em Regiões Administrativas. Esse recorte é um dos principais entraves para a obtenção de dados socioeconômicos e de criminalidade, visto que as principais estatísticas e bases oficiais utilizam o recorte municipal de Brasília ou o agregado do Distrito Federal. A descontinuidade de dados e a ausência de informações para algumas RA's são outros fatores limitantes. Visando contornar tais entraves, os dados foram coletados para as 31 RA's para o ano de 2018, mas o modelo considerou 26 observações, após excluir todos os dados faltantes.

A Tabela 16 descreve as variáveis utilizadas no modelo econométrico com suas respectivas fontes de dados e sinais esperados.

**Tabela 16** - Variáveis e fonte de dados

	Variáveis	Fonte	Sinal Esperado
$\ln(txhom)$	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, em 2018	SSPDF	
$\ln(jov)$	Razão entre o número de jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 24 anos sobre a população total da RA, em 2018	CODEPLAN-DF	+
$\ln(dens)$	relação entre a população urbana	CODEPLAN-	+

	estimada pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD 2015/2016) e a área com ocupação urbana, em hab./km <sup>2</sup> )	DF	
$\ln(reprov)$	soma da taxa de reprovação e taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental em 9 anos de escolarização, em 2018	SEEDF	+
$\ln(gini)$	O Coeficiente de Gini representa uma medida descritiva da classificação da renda, mensurando as suas diferenças, variando de “zero” que representa a igualdade perfeita a “um” que significa a desigualdade perfeita.	CODEPLAN-DF	+

**Fonte:** Elaboração própria.

Espera-se que o número de homens de 15 a 24 anos apresente um efeito positivo sobre a taxa de criminalidade, uma vez que esse comportamento foi evidenciado em diversos estudos – a exemplo de Sachsida e Mendonça, (2013), Lucas, Cunha e Bondezan (2020) e outros – sendo, em alguns casos apontada como uma das principais determinantes da criminalidade (taxa de homicídios e crimes dolosos). A variável densidade demográfica urbana tem o intuito de mensurar o impactos das concentração territorial sobre a incidência de crimes (ERVILHA; LIMA, 2019).

A variável taxa de reprovação e de abandono escolar é utilizada no modelo como uma *proxy* para analisar o papel da educação. Assim como a participação de jovens, a educação tem sido introduzida de diferentes formas como determinante da criminalidade. Neste estudo, atendendo a disponibilidade dos dados, utilizou as taxas referentes ao ensino fundamental (9 anos), que também é capaz dar indícios de falhas no trato das crianças em seus anos iniciais, que podem ser fatores capazes de impulsionar os indivíduos à criminalidade.

Variáveis econômicas, como renda e PIB, vem sendo inseridas nos modelos econométricos para explicar a criminalidade, porém com poucos estimadores significativos. Diante desse contexto, optou-se por introduzir o coeficiente de Gini, para testar a hipótese de que a presença de maiores desigualdades de renda pode ser um fator impulsionador para a ocorrência de crimes de uma região.

Nesta primeira etapa antecedendo a estimação do modelo, analisou-se as estatísticas descritivas das variáveis. O resumo dessas informações são apresentado na Tabela 16.

**Tabela 17** - Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo (obs.= 26 RA's)

<b>Variável</b>	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<i>txhom</i>	15,98	2,51	53,89	11,64	12,90
<i>jov</i>	0,174	0,117	0,219	0,176	0,026
<i>dens</i>	68,99	3,66	124,80	73,25	35,13
<i>reprov</i>	0,053	0,020	0,101	0,052	0,018
<i>gini</i>	0,396	0,270	0,491	0,403	0,051

Nota: Foram excluídas da análise as RA's: Candagolândia, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Jardim Botânico e SAI, por apresentarem dados incompletos.

Fonte: Elaboração própria.

Uma análise mais aprofundada das estatísticas para a taxa de homicídios é apresentada no Capítulo 3 desse trabalho. Destaca-se que em média 17,4% da população das RA's são formadas por homens entre 15 e 24 anos, sendo os valores extremos identificados no Lago Norte e no SCIA/Estrutural, com 11,7% e 21,9%, respectivamente. Observa-se ainda uma grande discrepância entre as densidades demográficas urbanas entre as regiões, variando de 0,94 hab./km<sup>2</sup>, no SIA, até 124,8 hab./km<sup>2</sup> na Ceilândia. As taxas de reprovação e abandono escolar variaram entre, pouco mais, de 2% a 10%. Por fim, considerando que o Índice de Gini quanto mais próximo de 1 indica desigualdade de distribuição de renda, no comparativo entre as RA's, a

menor concentração de renda foi identificado na Ceilândia (0,270) e a maior na RA do Lago Sul.

Para complementar a análise descritiva, a Tabela 17 traz os resultados dos coeficientes de correlação entre as variáveis, em sua forma observada e após a transformação logarítmica. A proporção de homens entre 15 e 24 anos apresentou uma moderada correlação positiva com a taxa de homicídios e com a densidade demográfica urbana. As demais combinações de variáveis apresentação correlações fracas positivas e negativas.

**Tabela 18** - Matriz de correlação entre as variáveis utilizadas no modelo

<b>Variáveis observadas</b>					
	<i>txhom</i>	<i>jov</i>	<i>dens</i>	<i>reprov</i>	<i>gini</i>
<i>txhom</i>	1,00				
<i>jov</i>	0,75	1,00			
<i>dens</i>	0,28	0,62	1,00		
<i>reprov</i>	0,24	0,06	-0,14	1,00	
<i>gini</i>	-0,14	-0,28	-0,33	0,09	1,00
<b>Variáveis transformadas em logaritmos</b>					
	$\ln(txhom)$	$\ln(jov)$	$\ln(dens)$	$\ln(reprov)$	$\ln(gini)$
$\ln(txhom)$	1,00				
$\ln(jov)$	0,84	1,00			
$\ln(dens)$	0,54	0,65	1,00		
$\ln(reprov)$	0,37	0,12	-0,10	1,00	
$\ln(gini)$	-0,14	-0,27	-0,16	0,10	1,00

Fonte: Elaboração própria.

A estimação do modelo se deu por meio do método de Mínimo Quadrados Ordinários (MQO), estimados por meio do *software* GeoDa. A Tabela 18 apresenta os resultados dos coeficientes estimados para cada uma das variáveis explicativas, juntamente com o erro padrão e o p-valor da estatística t, sendo este responsável por avaliar a significância de cada uma das variáveis. Além disso, a Tabela apresenta os principais diagnósticos da regressão aplicados para identificar presença de multicolinearidade, testar a normalidade dos resíduos, identificar a presença de heterocedasticidade, por

meio dos Testes Breusch-Pagan e Koenker-Bassett, e a presença de autocorrelação por meio do Teste White.

**Tabela 19** - Resultados da estimação do modelo

Variável dependente: $\ln(txhom)$				
Método de estimação: MQO				
Número de observações: 26				
Graus de liberdade: 21				
	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	p-valor
<i>constante</i>	11,5112	1,79111	6,42686	0,00000
$\ln(jov)$	4,0009	0,732542	5,46166	0,00002
$\ln(dens)$	0,0698986	0,121086	0,577264	0,56990
$\ln(reprov)$	0,661573	0,244363	2,70734	0,01319
$\ln(gini)$	0,325096	0,62817	0,517529	0,61020
Média var. dependente = 2,47546		E.P da regressão = 0,4063		
D.P var. dependente = 0,790929		Estatística F = 19,3817		
R-quadrado = 0,786860		Prob (Estatística F) = 8,27333e-007		
R-quadrado ajustado = 0,746262		Log verossimilhança = -10,6987		
Soma resíd. quadrados = 3,46667		Critério de Akaike = 31,3974		
		Critério de Schwarz = 37,6879		
Diagnósticos da regressão				
Número de condição de multicolinearidade = 60,863293				
Teste de Normalidade dos Erros				
Teste: Jarques-Bera	DF: 2	Valor: 2,1427	Prob.: 0,34254	
Diagnóstico para heteroscedasticidade				
Coeficientes aleatórios				
Teste: Breusch-Pagan	DF: 4	Valor: 3,4911	Prob.: 0,47923	
Teste: Koenker-Bassett	DF: 4	Valor: 2,7619	Prob.: 0,59843	
Teste de robustez				
Teste: White	DF: 14	Valor 16,9363	Prob.: 0,25959	

---

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados de todos os coeficientes apresentaram os sinais esperados, entretanto as variáveis densidade demográfica urbana e o coeficiente de Gini não apresentaram significância estatística.

Conforme esperado, a variável  $\ln(jov)$  apresentou um forte efeito sobre a taxa de homicídios no Distrito Federal. O modelo aponta que um aumento de 1% na razão de jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos contribui para um aumento de, aproximadamente, 4% na taxa de homicídios, *ceteris paribus*, a um nível de significância de 1%.

Considerando a taxa de reprovação e abandono escolar, observa-se que um aumento de 1% nessa variável aumenta a taxa de homicídios em 0,66%, *ceteris paribus*, a um nível de significância de 5%.

O modelo apresentou um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de 0,78686 e um  $R^2$  ajustado de 0,74626, indicando que aproximadamente 74,63% das variações observadas na taxa de homicídios são explicadas pelas variáveis presentes na regressão.

Os resultados dos testes Jarques-Bera, Breusch-Pagan e Koenker-Bassett e do Teste White não foram estatisticamente significativos, sinalizando que o modelo não é tendencioso, que os erros são homocedásticos e não há indícios de autocorrelação entre os resíduos. Todavia, o número de condição de multicolinearidade apresentou um valor superior a 30, indicando um forte problema de multicolinearidade, ou seja, existem variáveis preditoras altamente correlacionadas no modelo.

Visando solucionar o problema da multicolinearidade, dois novos modelos foram estimados: no primeiro caso buscou-se excluir as variáveis não significativas presentes na regressão anterior; no segundo analisa-se a validade de um modelo de regressão linear simples para explicar a taxa de homicídios no DF utilizando apenas a razão de homens de 15 a 24 anos. Os resultados das estimativas são apresentados na Tabela 20, fazendo um comparativo com o modelo completo.

**Tabela 20** - Resultados da estimação de modelos alternativos

	<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>	<b>Modelo 3</b>
<i>constante</i>	11,511*** (0,00000)	11,776*** (0,00000)	10,140*** (0,00000)
<i>ln(jov)</i>	4,001*** (0,00002)	4,193*** (0,00000)	4,360*** (0,00000)
<i>ln(dens)</i>	0,0699 (0,56990)	-	-
<i>ln(reprov)</i>	0,662** (0,01319)	0,646*** (0,00939)	-
<i>ln(gini)</i>	0,325 (0,610)	-	-
R-quadrado =	0,786860	0,780371	0,703637
R-quadrado ajustado=	0,746262	0,761273	0,691288
Estatística F =	19,38***	40,86***	56,98***
Log verossimilhança =	-10,699	-11,089	-14,984
Critério de Akaike =	31,397	28,177	33,968
Critério de Schwarz =	37,688	31,951	36,484
Número de condição de multicolinearidade =	60,863	29,897	23,149
Teste Jarques-Bera =	2,1427 (0,34254)	2,9413 (0,22977)	0,3871 (0,82405)
Teste Breusch-Pagan =	3,4911 (0,47923)	2,1407 (0,34289)	0,8764 (0,34919)
Teste White =	16,9363 (0,25959)	8,4645 (0,13243)	1,3926 (0,49843)

Nota: entre parênteses está o valor da probabilidade. \*\*\*  $p \leq 0,01$ , \*\*  $\leq 0,05$ , \*  $\leq 0,10$ .

Fonte: Elaboração própria.

O modelo 2 e 3 apresentaram número de condição de multicolinearidade inferiores a 30. No caso do modelo 3 por ser uma regressão linear simples, ou seja, possui uma única variável explicativa, descartando a hipótese de multicolinearidade. Para o modelo 2, calculou-se o fator de inflação da variância (FIV), onde foi encontrado um valor de, aproximadamente, 1,01, comprovando que a regressão não apresenta problemas de multicolinearidade.

Na análise comparativa, o modelo que melhor descreve a criminalidade no Distrito Federal é o Modelo 2. Para essa escolha utilizou-se os seguintes critérios de comparação: i) menor valor no Critério de Informação Akaike (AIC),



pois identifica o modelo mais adequados aos dados; e ii) menor Critério de Schwarz, que aponta para o modelo de melhor ajustagem.

Portanto um modelo preditivo para a taxa de homicídios no DF pode utilizar a seguinte formulação:

$$\ln(\widehat{txhom}) = 11,776 + 4,193 \ln(jov) + 0,646 \ln(reprov) \quad (4)$$

## 5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho consistiu em verificar um modelo econométrico que pudesse compreender a influência de variáveis sociais e econômicas nas taxas de criminalidade do Distrito Federal. Analisando os resultados encontrados, observam-se similaridades com a literatura revisada.

Diversos estudos nacionais e internacionais se propuseram a identificar as determinantes da criminalidade. No caso brasileiro, tais estudos buscaram estimar as taxas de crimes e homicídios utilizando diferentes recortes territoriais e métodos de análise, como se pretendeu analisar o nexo entre economia, sociedade e segurança pública no Distrito Federal, este estudo propôs um modelo econométrico utilizando regressão linear múltipla.

Os resultados de todos os coeficientes apresentaram os sinais esperados, entretanto as variáveis de densidade demográfica urbana e o coeficiente de Gini não apresentaram significância estatística.

O modelo aponta que um aumento de 1% na razão de jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos contribui para um aumento de, aproximadamente, 4% na taxa de homicídios, a um nível de significância de 1%.

Considerando a taxa de reprovação e abandono escolar, observa-se que um aumento de 1% nessa variável aumenta a taxa de homicídios em 0,66%, *ceteris paribus*, a um nível de significância de 5%.

Observa-se ainda uma grande discrepância entre as densidades demográficas urbanas entre as regiões, variando de 0,94 hab./km<sup>2</sup>, no SIA, até 124,8 hab./km<sup>2</sup> na Ceilândia. As taxas de reprovação e abandono escolar variaram entre, pouco mais, de 2% a 10%. Por fim, considerando que o Índice de Gini quanto mais próximo de 1 indica desigualdade de distribuição de renda, no comparativo entre as RA's, a menor concentração de renda foi identificado na Ceilândia (0,270) e a maior na RA do Lago Sul.

Neste sentido, esta pesquisa demonstra o impacto dos fatores socioeconômicos nos índices de criminalidade. Revelando, portanto, que a

redução da violência perpassa essencialmente por políticas públicas que buscam garantir melhores condições de educação e emprego.

**BIBLIOGRAFIA**

ADORNO, Sérgio. Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: um recorte temático. **Bib. Boletim Informativo e Bibliografico de Ciencias Sociais**, n. 35, p. 3-24, 1993.

ANDRADE, Mônica Viegas et al. Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997. In: **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 9th Seminar on the Economy of Minas Gerais]**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. p. 775-808.

BEATO, F.; CLAUDIO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 74-87, 1998.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BITTNER, Ergon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: Edusp, 2003

FONTOURA, Natália de Oliveira; RIVERO, Patricia Silveira; RODRIGUES, Rute Imanishi. Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. 2009.

CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo. **Tópicos em econometria espacial para dados cross-section**. Texto para Discussão, 2010.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

COSTA, Arthur; BANDEIRA, Lourdes. **A segurança pública no Distrito Federal: práticas institucionais e dilemas culturais**. LGE, 2007.

DE ARAUJO JR, Ari Francisco. Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudopainel-1981/1996. **Cep**, v. 30130, p. 140, 2002.

DE CARVALHO, Vilobaldo Adelídio et al. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

**[CITAÇÃO]** Demografia da violência no **Distrito Federal**: evolução e características

DE LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016.

DE LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2012.

DIAS, Victor Hugo Costa. Relações entre índices de criminalidade e indicadores socioeconômicos nas regiões administrativas do Distrito Federal. **Acta de Ciências e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2017.

ERVILHA, G. T.; LIMA, J. E. Um método econométrico na identificação dos determinantes da criminalidade municipal: a aplicação em Minas Gerais, Brasil (2000-2014). **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 18, n. 59, p.1059-1086, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22136/est20191250>

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, 2009.

GUEDES, Vânia LS; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2005.

HAMBERGER, Paula Andréa do Valle; ARAUJO, Vanessa Marzano; VALLE,

Ana Claudia Marques do. Economia e criminalidade: uma análise de dados em painel das mesorregiões de Minas Gerais no período 2005-2007. 2019.]] SARAIVA, Maurício Vitorino; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; FRANÇA, Marco Tulio Aniceto. Os determinantes da criminalidade nos municípios gaúchos: evidências de um modelo econométrico espacial. *Ensaios FEE*, v. 38, n. 3, p. 521-552, 2017.

Harris, J. M., & Roach, B. (2017). *Environmental and natural resource economics: A contemporary approach*. Routledge.

HOLANDA, Fernando. Fracasso do Estado no monopólio da violência. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 71, n. 3, p. 18-19, 2017.

IAQUINTO, Kalinka. Efeito dominó: o custo da violência. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 68, n. 1, p. 20-27, 2014.

LEMOS, Alan Alexander Mendes; SANTOS FILHO, Eurílio Pereira; JORGE, Marco Antonio. Um modelo para análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 3, p. 569-594, 2005.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LIMA, Renato S. de; PROGLHOF, Patrícia N. estruturação da segurança pública no Brasil. **Violência e segurança pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo**, 2013.

Lopes - mestrado "Política de Estudos Pós graduds em ci-encias sociais)

LUCAS, M. S.; CUNHA, M. S.; BONDEZAN, K. L. Determinantes socioeconômicos da criminalidade no estado do Paraná: uma análise espacial. **Revista de Economia**, v. 41, n. 75, p. 248-281, 2020.

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo

federal no período 2003-2011. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. 1, p. 3-21, 2015.

MACIEL, Pedro Jucá. Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1213-1241, 2013.

MIGUEL, Maristela Martins. Agrotóxicos e regulação: falhas de mercado e de governo.

MOREIRA, R. C.; FOCHEZATTO, A. Análise espacial da criminalidade no estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XIX, v. 3, n. 38, p. 52-80, dez., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5033>

MUSUMECI, Leonarda. Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da pnad-1985/95. 1998.

NUNES, Brasilmar Ferreira; COSTA, Arthur. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. **Cadernos MetrÓpole.**, n. 17, 2007.

Políticas Locais de Segurança Pública: o Desafio do Controle da Desordem  
Leandro Piquet Carneiro Março, 2012 Working Paper 027

PINTO, A. M. *et al.* Uma análise dos determinantes da taxa de crimes de homicídios nos estados do Brasil: uma aplicação em painel dinâmico. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 7, n. 2, p. 35-52, 2018.

RATTON, José Luiz. Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das ciências sociais. **BIB, São Paulo**, n. 84, p. 5-12, 2017.

ROMANO, Amanda Basilio et al. Revisão bibliométrica dos fatores que influenciam o uso de bicicleta fazendo uso da teoria do enfoque meta analítico consolidado (TEMAC). 2019.

SAPORI, 2007 segurança pública no brasil desafios e perspectivas FGV (2007)

SACHSIDA, A.; MENDONÇA, M. J. C. **Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para Discussão n. 1808).

SARAIVA, Maurício Vitorino; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; FRANÇA, Marco Tulio Aniceto. Os determinantes da criminalidade nos municípios gaúchos: evidências de um modelo econométrico espacial. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 3, p. 521-552, 2017.

SILVA, Gilvan Gomes da. Políticas de Segurança Pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças do padrão de policiamento e da manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal. 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003.

SOUSA, G. S. *et al.* Determinantes sociais e sua interferência nas taxas de homicídio em uma metrópole do nordeste brasileiro. **Rev. Bras. Epidemiol.**, suppl. d.s.s., p. 194-203, 2014. DOI: 10.1590/1809-4503201400060016

ZANETIC, André. A Disseminação da Segurança Privada no Brasil: pressupostos e motivações. In: *XXX Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu-MG. 2006.*

ZANETIC, André. A Segurança Privada no Brasil: alguns aspectos relativos às motivações, regulação e implicações sociais do setor. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 3, 2010.